

**“FÓRUM LEGISLATIVO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTADO”
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
17.11.03**

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – A Região Administrativa de São José dos Campos tem, aproximadamente, dois milhões de habitantes. O objetivo desta reunião, como todos sabem, é divulgar o Índice Paulista de Responsabilidade Social, o IPRS, apurado com base nos dados do censo de 2000, e que serão analisados programas de investimentos do PPA Plano Plurianual do Estado para o período de 2004/2007.

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer ao Dr. Paulo Vilela Santos Junior, Diretor da Faculdade de Odontologia da UNESP, pela cessão do espaço, e também ao Reitor da UNESP.

Vou passar a palavra ao Sr. Antônio Carlos de Oliveira, Secretário-Executivo do Fórum, que irá explicar a dinâmica desta reunião.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA – Bom-dia a todos.

Vou explicar rapidamente como vamos trabalhar nesta manhã. Inicialmente, em nome da organização do Fórum, gostaria de agradecer a presença de todos. Teremos inicialmente a abertura desta reunião pelo Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa. Em seguida, o Professor Gustavo Zimmermann, do NESUR, da Unicamp, vai fazer uma exposição referente ao IPRS, o Índice Paulista de Responsabilidade Social, que vocês já estão manipulando nesse caderno que receberam, com informações a respeito dessa região. O professor vai falar também sobre algumas ações que estão no PPA.

Na seqüência, teremos a composição da Mesa dos trabalhos, pelo nosso Cerimonial, depois vamos abrir a participação dos Srs. Deputados, Prefeitos aqui presentes, representantes do segmento produtivo e de outras organizações. Vamos fazer uma alternância entre algumas pessoas da Mesa e algumas pessoas que estão na platéia que

queiram se manifestar; já tenho aqui algumas inscrições. Depois abriremos a palavra a quem eventualmente queira se manifestar e, em seguida, na medida do possível estaremos encaminhando à Mesa, aos Deputados, para a resposta de algumas perguntas.

Falando em perguntas, os senhores e as senhoras receberam uma ficha, na entrada. As perguntas deverão ser formuladas nesta ficha. Gostaria de chamar a atenção aqui para o seguinte: por favor, coloquem no cabeçalho o nome e endereço completo, porque as perguntas que não forem possíveis de responder aqui, serão encaminhadas às comissões temáticas, que responderão as perguntas formuladas. Quem tiver “e-mail” coloque, porque faremos a resposta via e-mail, para agilizar os trabalhos. Depois das perguntas, estaremos encerrando esta reunião por volta de 12 horas e 30 minutos, é a nossa previsão. Junto com a pasta vocês receberam também estes dois formulários, que é um questionário a respeito de uma avaliação da Assembléia e outro questionário a respeito do desenvolvimento local, potencialidades. É muito importante que todos respondam a esses questionários. Ao sair, deixem na mesa da recepção ou entreguem a algumas das pessoas da organização.

Gostaria de chamar a atenção para duas coisas: em primeiro, o tema desta reunião é o desenvolvimento. Então, por favor, vamos nos ater ao tema do desenvolvimento local dessa região nas intervenções que forem feitas e perguntas formuladas. Temos também o tempo de cada intervenção que está limitado a cinco minutos, para que todos possam falar. Pedimos a gentileza de que todos que forem fazer intervenção, incluindo os Srs. Deputados, autoridades e Prefeitos presentes, que se limitem, na medida do possível, agradeceríamos, ao tempo de cinco minutos.

Eram estes os esclarecimentos iniciais. Se houver alguém que não peguei o nome e queira falar, por favor me entregue um papel com o nome e a entidade que representa, no caso de uma entidade que queira se manifestar, para que possamos ir organizando e vendo a possibilidade da manifestação de cada um.

Muito obrigado e um bom trabalho para nós todos. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Para a apresentação no “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado”, convidamos o Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Bom-dia a todos.

Quero iniciar saudando a Sra. Ângela, Deputada Federal, Presidente da Comissão de Seguridade Social na Câmara Federal; o Sr. Emanuel Fernandes, Prefeito de São José dos Campos; o Deputado Estadual Carlinhos Almeida, Presidente da Comissão de Educação e membro efetivo da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor; o Deputado Estadual Afonso Lobato, membro efetivo da Comissão de Assuntos Internacionais, da Comissão de Justiça e da Comissão de Ética; Sr. Paulo Ramos de Oliveira, Prefeito de Ubatuba; Sr. Antonio Carlos da Silva, Prefeito de Caraguatatuba; Francisco Carlos dos Santos, Prefeito de Guaratinguetá; Mário Fabre Filho, Prefeito de Queluz; Danilo José Toledo, Prefeito de São Luiz do Paraitinga e representantes da sociedade civil. Queria dizer rapidamente do objetivo desta nossa reunião.

A Assembléia Legislativa, através da sua Mesa Diretora, decidiu que deveríamos ter na Assembléia uma instância para discutir desenvolvimento econômico. Apesar de termos 22 comissões temáticas na Casa, não tínhamos nenhuma instância para discutir, especificamente, desenvolvimento econômico sustentado. E, discutindo as alternativas que teríamos, decidimos criar este “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado”. Será um órgão permanente, foi criado por lei, com a aprovação de todos os partidos da Casa, por unanimidade em plenário, pelos 94 Srs. Deputados.

Entendemos que a questão do desenvolvimento, principalmente num Estado como o de São Paulo, tem que fazer parte da agenda do Parlamento. Temos que discutir alternativas de geração de emprego e renda, especialmente neste momento em que sentimos que o desenvolvimento econômico pode ser para todos, diferente do desenvolvimento que tivemos em outros momentos da nossa história, em que tivemos o milagre, mas não tínhamos a democracia, a liberdade; ou tivemos crescimento com altos índices de inflação e isto fez o bolo crescer, mas ele não foi distribuído da forma que todos desejamos.

Então, acreditamos que vivemos agora um momento interessante e importante, na medida em que consigamos retomar o desenvolvimento econômico. Dado o momento que estamos vivendo, é possível que tenhamos um desenvolvimento que vá inclusive distribuir melhor as nossas riquezas. É exatamente com este objetivo que foi criado este Fórum. Da mesma forma que criamos uma estrutura da Mesa Diretora com um Conselho em que

fazem parte todos os presidentes das Comissões Temáticas da Casa, temos também um Conselho Consultivo do qual faz parte a sociedade civil. Temos representantes das federações do setor produtivo, dos trabalhadores, dos institutos de pesquisas, das universidades, porque entendemos que a questão do desenvolvimento tem que interagir política, Prefeitos, Vereadores e a sociedade como um todo, especialmente a academia, que cada vez mais tem que estar presente na discussão destas alternativas.

Nestes encontros estamos estimulando para que cada região identifique também uma entidade que esteja pensando a questão do desenvolvimento, se já temos uma entidade na cidade, de preferência não-governamental, para fazer parte do nosso Conselho. Queremos que cada região tenha uma agência, um consórcio, uma associação que represente o conjunto dos interesses da região no que se refere a desenvolvimento econômico, para fazer parte do nosso Conselho. Porque como este Fórum será permanente, é preciso que as discussões, os diagnósticos e as ações que são desenvolvidas em cada região tenham um representante do Conselho, para permanente estar fazendo esta interação. E o objetivo desta reunião é que possamos reunir informações e sugestões. Há aí um questionário que pedimos seja respondido. Fizemos uma parceria com o CEPAM, que nos ajuda na mobilização e na identificação das lideranças regionais e também com o NESUR, que é o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas Urbanas e Regionais do Instituto de Economia da Unicamp, que está nos acompanhando em todas as reuniões.

Decidimos fazer uma reunião em cada região do Estado. E, através desses encontros, o Instituto de Economia, através do NESUR, irá apresentar um relatório das ações que forma propostas, e em cima de uma metodologia, analisando as principais cadeias produtivas, as vocações de cada região, de forma que possamos construir uma agenda de trabalho. Acho que o diagnóstico de cada setor produtivo e os representante da região já têm. É isso que queremos de vocês; coletar todas essas informações, para que juntos possamos construir uma agenda. Inclusive, o nosso slogan é Informação; temos uma lupa na ação, porque queremos juntos construir uma agenda de trabalho, e ao longo destes anos trabalhar para que possamos construir um ambiente mais favorável para o desenvolvimento econômico, que envolve, sem dúvida, ações na área da Educação, Ciência e Tecnologia, infra-estrutura e do crédito. Sabemos que dependemos muito das questões

macroeconômicas, mas existem muitas ações que podem ser desenvolvidas pelo Estado e regionalmente.

Aproveitamos também para apresentar a cada região um produto que também é resultado de um Fórum que a Assembléia desenvolveu há dois anos, que é o Fórum São Paulo Século XXI. Entre as diversas sugestões surgiu a parceria da Assembléia com o SEADE, para construirmos esse conjunto de indicadores que chamamos Índice Paulista de Responsabilidade Social, que trabalha na mesma metodologia do IDH, que é o Índice de Desenvolvimento Humano, com algumas variáveis que dão, sem dúvida, uma substância maior para que possamos ter índices que meçam com mais propriedade a questão da qualidade de vida. Acho que essa é uma ferramenta importante de trabalho, visto que cada vez os gestores públicos precisam ter informações e conhecer a sua realidade para poder programar, estabelecer prioridades e criar políticas públicas no sentido de melhorar a qualidade de vida da população.

Por isso, chamamos de Índice de Responsabilidade Social esse conjunto de indicadores. A vantagem dele é que desejamos e já estamos preparando junto ao SEADE, para que a cada dois anos eles sejam atualizados. Esta publicação é com os dados de 2000; teremos no próximo ano já os indicadores com os dados de 2002. A cada dois anos queremos fazer esta atualização, para que esta ferramenta seja realmente um mecanismo de consulta, de trabalho e reflexão, para que não só o Prefeito, mas a sociedade como um todo, possa criar e buscar alternativas para o desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida da população.

Por último, fazemos uma apresentação rápida do PPA. A Assembléia está discutindo o Plano Plurianual que o Governo do Estado encaminhou, o qual temos que discutir e votar até o fim do ano. Este plano prevê de 2004 a 2007 investimento de R\$ 30 bilhões em 215 programas diferentes. Não temos a pretensão aqui de fazer uma ampla discussão do PPA; nem seria possível.

Então, o NESUR vai apresentar alguns indicadores que estão no PPA, alguns programas que têm a ver com a realidade da região, e gostaríamos também de receber sugestões, para que possamos, nessa discussão, enriquecer o debate e recebermos também contribuições no nosso Plano Plurianual, que é uma ferramenta também importante de desenvolvimento e de melhora da qualidade de vida.

Agradecemos a presença de todos e esperamos sair daqui enriquecidos com as sugestões que forem propostas pela sociedade da região de São José dos Campos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Queremos convidar o Professor Gustavo Zimmermann, do NESUR – Núcleo de Economia Social Urbana e Regional do Instituto de Economia, da Unicamp.

O SR. GUSTAVO ZIMMERMANN – Bom-dia a todos.

Vamos tratar, como disse o Presidente Sidney Beraldo, de algumas questões referentes ao desenvolvimento da região. Inicialmente, quero chamar a atenção pelo fato de que a região de São José dos Campos, além de uma das mais ricas do Estado de São Paulo, tem uma forte economia e integração entre todos os setores produtivos.

Além de sua conhecida força industrial, pois é uma região produtora dos vários setores modernos da economia – como indústria automobilística, indústria de produtos eletrônicos, indústria aeronáutica, indústria bélica –, tem vários dos seus Municípios dedicados à atividade primária. É uma tradicional zona produtora de leite do Estado de São Paulo, a pecuária ainda subsiste, há uma produção não apenas de bovinos, mas também de suínos, caprinos, etc.

São José dos Campos é principalmente uma região com dois pólos turísticos distintos e muito fortes. Um se localiza na serra e atrai as elites econômicas do Estado de São Paulo, o outro é a região do turismo do automóvel, ou seja, o acesso ao litoral norte, uma das regiões mais bonitas do litoral brasileiro. Além desses dois pólos turísticos, tem ainda o mais forte turismo religioso do país, em Aparecida.

O seu setor de serviços é muito desenvolvido, principalmente com o escoamento e recepção de derivados de petróleo no Porto de São Sebastião, além da refinaria e indústria química.

São dados gerais para sabermos, num primeiro momento, que a região é uma das regiões do Estado de São Paulo com maior integração e coesão interna na sua economia.

Vamos tratar exatamente de desenvolvimento, e desenvolvimento não é apenas crescimento econômico. O desenvolvimento é o alargamento das possibilidades da região

se autodefinir, escolher alternativas para o seu modo de vida, para o seu modo de geração de riquezas, para sua vida social e cultural. Isso quer dizer que o desenvolvimento não é apenas econômico, mas também abrange uma dimensão social e cultural.

Intuitivamente, sabemos que o que diferencia dois países capitalistas desenvolvidos, como, por exemplo, a Itália e a França, ou a França e os Estados Unidos, não é o modo de acumulação. Os Estados Unidos são um país rico, é verdade, mas o aspecto cultural extremamente tão importante, porque demonstra a forma como a sociedade se apropria do excedente econômico.

Portanto, desenvolvimento abrange essas outras dimensões e, como a própria palavra fala, é um processo de envolvimento. Não há desenvolvimento se não houver envolvimento das diversas cadeias produtivas, dos diversos setores econômicos. Uma região não se desenvolve apenas através de um município. O desenvolvimento é um ato coletivo, social maior e mesmo regional, o que significa que ele é endógeno. Exige o cooperativismo, o associativismo, a integração entre os diversos setores.

Por isso, do ponto de vista da economia regional, desenvolvimento não vem através de instalação de uma fábrica, de um incentivo fiscal, mas de diversas ações integradas. Se o desenvolvimento é isso, a medida do desenvolvimento deve contemplar não apenas a renda per capita ou o PIB per capita, único indicador utilizado até duas décadas passadas, porque, por sua amplitude, permitia comparar diversos países. Mas o desenvolvimento não é apenas econômico. É também social.

Foi então concebido, como medida do desenvolvimento, o IDH que possui três dimensões. Há a dimensão riqueza junto com a longevidade e escolaridade. Isso significa que a geração de riquezas tem de ter reflexos para a população, quer através de uma variável síntese, que é a esperança média de vida, no pressuposto de que a maior longevidade reflete vários componentes da saúde pública, quer da escolaridade, o capital humano para o desenvolvimento sustentado.

Apesar de esse indicador ser muito mais complexo do que o anterior, padece do mesmo mal. O PIB per capita é um dado captado decenalmente, ou seja, de 10 em 10 anos temos a possibilidade de comparar os países. Quando estamos próximos do censo, temos bastante informação para políticas públicas. No entanto, quanto mais nos distanciamos é como se estivéssemos dirigindo o desenvolvimento olhando pelo retrovisor do carro.

Por esse motivo, a Assembléia Legislativa encomendou à Fundação SEADE um indicador que, ao mesmo tempo, contemplasse essas dimensões do IDH agregadas pela ONU, mas com uma periodicidade menor. O Índice Paulista de Responsabilidade Social parte, portanto, das três dimensões, só que as capta de maneira diferente.

A riqueza é captada não pelo PIB, mesmo porque não existe PIB municipal, apesar de alguns economistas e algumas escolas insistirem nisso, porque inviabilizaria medirmos a riqueza local. A Fundação SEADE partiu para a utilização do consumo de energia elétrica residencial, como um dos indicadores da renda do município, pois o consumo residencial per capita demonstra variações no poder de renda das unidades familiares.

Não apenas a riqueza da unidade familiar é medida pelo consumo residencial de energia elétrica, mas também dos setores menos olhados, como o setor agrícola, setor de serviço, setor agropecuário, comercial. Ou seja, a energia consumida pelos outros setores que não o industrial.

Outro indicador de riqueza é o rendimento médio pago aos trabalhadores formais das regiões. A longevidade é captada por meio de taxas de mortalidade, tanto infantil, como adulta, com mais de 60 anos, ou intermediária, entre 15 e 40 anos. Na página 10, constam essas dimensões que estamos relatando. A longevidade é obtida não através da comprovação real pelo censo nacional, mas através das unidades de medidas das Secretarias de Saúde.

A escolaridade é medida por meio das taxas de alfabetização de jovens, crianças, adolescentes, adultos. Esses dados são captados anualmente pelas Secretarias de Estado, mas há também uma outra inovação. Além da periodicidade maior e a tentativa de que o Índice possa ser utilizado e aplicado nas políticas públicas, há uma divisão entre as variáveis históricas relacionadas às condições externas e estruturais dos Municípios onde são coletadas. Existe uma variável de esforço, que, na dimensão riqueza, é o valor adicionado fiscal.

Na variável longevidade é a mortalidade perinatal, que não é exatamente a mortalidade infantil, porque junta os nascidos mortos com as crianças que morrem antes de sete dias de vida. Essas mortes têm uma grande correlação com a infra-estrutura, com os serviços urbanos, como saneamento, tratamento perinatal, etc.

O indicador de esforço da escolaridade é a cobertura das matrículas municipais na rede de ensino pública. O IPRS dá não apenas uma noção do nível de desenvolvimento do município, como também alguns caminhos em que as administrações municipais teriam maior interferência. Cabe ressaltar que nem todas essas variáveis têm pesos iguais, e, conseqüentemente, também refletem a menor capacidade de ação dos agentes municipais.

Vamos ver alguns dados nas três dimensões: riqueza, longevidade e escolaridade no Estado de São Paulo. A primeira dimensão é a riqueza. Quero chamar a atenção, antes que cause algum mal-estar, que estamos falando de dados de 2000. São dois ou três anos de diferença para os dias atuais. Não vamos ver isso como um retrato do presente. É do passado próximo, mas é do passado.

O indicador de riqueza se manteve estabilizado em 60 pontos. Essa é uma pontuação que não reflete volume de PIB, nem da longevidade. Quando a gente fala em 57 anos, 60 anos, 65 não quer dizer anos; é um índice, assim como 53, 71 não é exatamente o índice de cobertura, é um indicador diferente. Mas o que é importante notar é que a riqueza do Estado de São Paulo entre 1997 e 2000 não se alterou, quer dizer o ano de 1997 é um ano de pico econômico de expansão pós-estabilização econômica e o ano de 2000 já é um ano em que a economia manteve taxas bem baixas de crescimento. No entanto, em que pese a riqueza do Estado de São Paulo não ter crescido, as condições de saúde medidas pela longevidade saltaram de 60 para 65 pontos e a escolaridade para 87 pontos.

Se olharmos esses mesmos dados, as três dimensões divididas pelas regiões do Estado de São Paulo, a primeira dimensão é a da riqueza. Vocês podem notar que a região de São José dos Campos é a terceira mais rica do Estado, no entanto, vocês podem notar também que a região de Campinas e Ribeirão Preto que estão encostadas em São José dos Campos no quesito da riqueza, a diferença ali é quase que a fotografia no olho mecânico. O grau de riqueza das três regiões administrativas está muito próximo.

No quadro seguinte, que é a dimensão longevidade, ocupamos a 13ª posição e de novo estamos ali no patamar junto com Sorocaba e a Região Metropolitana de São Paulo. Mas o que é importante é que todas essas regiões, inclusive a nossa, estão abaixo da média estadual que é essa coluna amarela, ou seja, as condições de longevidade da região tem uma distância muito grande em termos da riqueza, o que quer dizer que parte desse progresso econômico não está se refletindo no padrão de longevidade da população.

Na dimensão seguinte, que é a dimensão escolaridade, voltamos para uma relativa normalidade com São José dos Campos, sendo a quarta região de maior nível de escolaridade e aí o olho mecânico pega todas essas primeiras posições e bem acima da média do Estado.

Esse recorte, além do recorte espacial em comparação inter-regional do Estado, permite também uma comparação dentro de cada região através de uma classificação dos Municípios. Então os Municípios do grupo 1 são os Municípios que têm indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade acima da média. Do grupo 2, o item dimensão riqueza está acima da média e as dimensões longevidade e escolaridade abaixo da média do Estado. E aí vamos descendo até termos no grupo 3 os Municípios cuja riqueza está abaixo da média, mas que tem longevidade e escolaridade acima da média do Estado. E assim vai.

Nós temos no Estado de São Paulo este quadro: o grupo 1 é a cor branca, o grupo 2 é a cor amarela e o grupo 5 é a cor marrom mais escuro, ou seja, dá para ver exatamente como se distribuem o bem-estar social da população ou os índices de riqueza contrastado com os índices sociais.

No próximo quadro, antes de entrarmos no município da região, vamos ver a região de São José dos Campos como um todo. A dimensão riqueza, como no Estado de São Paulo, se manteve estável em relação à média do Estado; a longevidade saiu de 57 para 62, era de 65 no Estado e a escolaridade deu um salto espetacular nos três anos de 92 para 97, de 1997 para 2000.

Mas olhando os Municípios da região de São José dos Campos temos no grupo 1 de alto desenvolvimento econômico e social os Municípios de Caçapava, Guaratinguetá, Jacareí, Pindamonhangaba, São José dos Campos e Taubaté. A grande surpresa dessa região, no meu ponto de vista, é os quatro Municípios Campos de Jordão, Ilha Bela, Jambuí e São Sebastião que estão no grupo 2, que são os Municípios com bons indicadores de riqueza ao lado de níveis insatisfatórios de longevidade e escolaridade, ou seja, de uma forma ou de outra a riqueza gerada nesses Municípios não está se refletindo nos indicadores sociais em suas populações.

No grupo 5, que é o grupo dos Municípios com nível baixo de riqueza e correspondente nível baixo de indicadores sociais, nós temos Cunha, Lagoinha, Lavrinhas, Natividade da Serra, Paraibuna, Queluz, Santo Antonio do Pinhal, São José do Barreiro,

Silveiras e Ubatuba. Notem que Ubatuba é o único grande centro turístico desenvolvido, que é em níveis de riqueza e em níveis sociais, insatisfatórios. Surpreende também, sendo um município com baixo poder de geração de riqueza, mas surpreende os nossos centros turísticos terem as suas populações com níveis insatisfatórios de longevidade e escolaridade.

Aquela distribuição é mais ou menos aquela que apareceu no Estado de São Paulo como um todo, mas a geração de riqueza é extremamente concentrada.

Neste mapa estão as três regiões metropolitanas, a região da Baixada Santista, a Região Metropolitana de São Paulo e a Região Metropolitana de Campinas. Se esses dados, que correspondem a essas três regiões, representam quase 59% da população do Estado e 63% do PIB estadual; se agregarmos a região entre a Região Metropolitana de Campinas e a da Capital, quer dizer a região de Jundiaí; adicionarmos Sorocaba e o seu entorno; e São José dos Campos e seu entorno, vamos ter 70% da população do Estado e pouco mais de 80% do PIB estadual paulista.

No quadro seguinte essa concentração da riqueza está refletida nesse gráfico que mostra a concentração da indústria de alta tecnologia do Estado de São Paulo. Verifica-se que o Município de São Paulo concentra quase 40% das indústrias de alta tecnologia e a região metropolitana com 14%, ou seja, a região metropolitana incluindo o Município de São Paulo tem 53% das indústrias. A de Campinas tem 16%, a região central, Araraquara e São Carlos 12,5%, Ribeirão Preto 8% e São José dos Campos quase 9% da indústria de alta tecnologia. Ela é extremamente concentrada por razões que são ditadas por parâmetros internacionais no mundo inteiro. As regiões desenvolvidas e de alta tecnologia são concentradas atrás de uma infra-estrutura específica, de aglomeração de massa crítica científica, etc., o que dá esse mapa no Brasil. No entanto, se olharmos os “clusters” ou os arranjos produtivos locais, só pelos números podemos ver que os “clusters” de pequenas e médias empresas são melhor distribuídos do que a concentração das grandes indústrias, das grandes plantas tecnológicas.

Aqui está a região de São José dos Campos com alguns exemplos de “clusters” na borracha, em máquinas, em minerais, em indústrias de móveis, químico e têxtil.

Se alguém olhar na tabela, não tem aqui o setor aeronáutico. Aliás, o autor dessa pesquisa, o Carlos Américo Pacheco não desconhece isso, pelo contrário, ele é formado

aqui no ITA. É que o critério que ele utilizou foi de indústrias que além do alto valor agregado tivessem um grande número de estabelecimentos no Brasil. Ele olhou do Brasil para as regiões e não das regiões. Então às vezes isso causa surpresa. Dia desses no Grande ABC não constava o “cluster” de móveis de São Bernardo. No mapa não consta o aeronáutico, mas não é nem por não ter uma importância estratégica para o país, mas exatamente pela dimensão nacional da indústria, a indústria bem localizada e que felizmente continuará centralizada no Estado de São Paulo.

Esses são os dados mais gerais que poderíamos adicionar para uma discussão do desenvolvimento da região, chamando a atenção de que os estudos regionais estão defasados no Brasil, estão sendo retomados agora e um dos objetivos dessas discussões regionais é a gente poder adquirir conhecimentos, como disse aqui o Presidente Sidney Beraldo, sairmos daqui um pouco mais conhecedores das realidades regionais do Estado de São Paulo.

Agora vamos tratar um pouco do PPA. Eu digo um pouco porque o PPA é composto de cinco linhas estratégicas, 215 programas e 1.365 ações. Quer dizer, se fôssemos passar rapidamente pelas ações, iríamos sair daqui mais ou menos umas sete e meia, oito horas da noite e não é isso que pretendemos.

Na realidade, essas ações são subdivididas em gestão pública com 56 programas, desenvolvimento regional com quatro programas, desenvolvimento social com 87, desenvolvimento de infra-estrutura com 37 programas e desenvolvimento econômico com 31 programas.

O Executivo fez audiências públicas e dessas audiências públicas o PPA identificou algumas potencialidades e necessidades da região administrativa de São José dos Campos. Um dos principais objetivos desta reunião é que vocês, dirigentes públicos regionais, ao se defrontarem com as potencialidades definidas no PPA vejam se a região está devidamente contemplada ou não, pelo menos em termos de diagnóstico. Porque se o diagnóstico não contempla, o prognóstico muito menos. As potencialidades e necessidades principais da região administrativa de São José dos Campos é a intensificação do desenvolvimento do agronegócio, com a expansão de produtos que utilizem a especificidade da região e preservem o seu meio ambiente, o estímulo do adensamento da cadeia produtiva do setor aeronáutico visando a formação de “clusters” exportador e a diversificação da atividade

econômica em um número maior de Municípios, ou seja, o setor aeronáutico é a intensificação das relações da cadeia, é a solidificação dos laços dos pequenos e médios fornecedores dessa grande indústria e ao mesmo tempo ver se consegue espriar esses mesmos laços para mais Municípios da região de São José, num apoio às atividades turísticas da região, dada a importância do seu patrimônio natural, histórico e religioso.

O Professor Brandão tem uma frase que é muito interessante “As infindáveis alternativas do turismo”, porque toda região acha que tem um potencial turístico e tal. Esta região, apesar de ser a região turística mais desenvolvida do Estado, tem um caminho muito longo, um potencial muito grande do turismo para ser aproveitado. É o turismo religioso, é o turismo de negócios, é o turismo praiano. Tem aqui o circuito cultural das fazendas de café, a estrada velha, a antiga estrada de ferro. Mesmo na Serra da Mantiqueira temos o turismo serrano. Tenho impressão de que é correto, sem nenhuma ironia, dizer que o turismo é uma atividade a ser pensada e explorada com grande potencial de emprego. E o PPA tem algumas propostas para o turismo no Estado de São Paulo.

Outra necessidade na região é a melhoria da infra-estrutura viária para escoar a produção e facilitar o trânsito de pessoas com ênfase na logística da cadeia automotiva e de autopeças; desenvolvimento e ações de preservação e controle ambiental na Bacia do Paraíba do Sul e disposição adequada de resíduos sólidos além de melhorias nas redes de saneamento básico; implementação de ações sociais especialmente nas áreas de Saúde, Educação, Segurança Pública, Justiça e de combate à pobreza rural.

Para essas potencialidades e necessidades destacamos alguns exemplos de programas que devem ser vistos com cuidado e deve contar com um segmento dos representantes da região, que é com relação à agropecuária e ao agronegócio: instalação de galpões do agronegócio com estímulo ao pequeno e médio produtor regional, consolidação de pólos regionais de desenvolvimento tecnológico do agronegócio e a consolidação dos centros da Agência Paulista de Tecnologia, inovações por cadeias de produção.

No quadro seguinte, em relação à estratégia para a indústria, há uma ação planejada de articulação e implementação das agências regionais de desenvolvimento, apoio à implantação do desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e incorporação da gestão pela qualidade e “design” para as pequenas e médias empresas.

Em relação ao turismo, está prevista a elaboração de um plano estadual de turismo; a consolidação de circuitos turísticos em consórcios com os Municípios e implantação de uma agência estadual de fomento ao turismo.

No quadro seguinte temos as ações de apoio à ciência e tecnologia: a incubação de empresas de base tecnológica, a implantação de mecanismo e acesso de formação tecnológica para pequena e média empresa e um plano diretor para expansão do ensino público superior.

Em relação ao ensino público técnico e tecnológico há um plano de descentralização do Centro Paula Souza com a implantação de centros regionais de tecnologia; expansão do ensino público tecnológico; expansão do número de vagas nos cursos existentes e implantação de novos cursos e a expansão do ensino público técnico.

Estas são as ações que têm diretamente a ver com os problemas da potencialidade da região. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –
Passaremos agora à composição da Mesa.

Gostaríamos de convidar o Exmo. Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa e do “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado”; a nobre Deputada Federal Ângela Guadagnin, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara Federal; o nosso anfitrião neste encontro, Prefeito Emanuel Fernandes, de São José dos Campos, representando na Mesa os Prefeitos aqui presentes; o Deputado Estadual Carlinhos Almeida, Presidente da Comissão de Educação e membro efetivo da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor; o Deputado Estadual Afonso Lobato, membro efetivo das Comissões de Assuntos Internacionais, Constituição e Justiça e membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembléia Legislativa.

Gostaríamos de lembrar que esta apresentação feita pelo Prof. Gustavo Zimmermann está disponível no “site” da Assembléia, www.al.sp.gov.br. Lá os senhores encontrarão um “link” com o portal que dá acesso ao Fórum Legislativo.

Passamos a palavra, neste momento, ao Prefeito Emanuel Fernandes, nosso anfitrião nesta manhã, neste encontro.

O SR. EMANUEL FERNANDES – Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar e agradecer o convite ao amigo Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa. Quero cumprimentar a Deputada Federal Ângela Guadagnin; o Deputado Estadual Afonso Lobato; o Deputado Estadual Carlinhos Almeida; os colegas Prefeitos Antônio Carlos da Silva, de Caraguatatuba; Francisco Carlos, de Guaratinguetá; Mário Fabri, de Queluz; Danilo, de São Luis de Paraitinga; Paulo Ramos, de Ubatuba; Geraldo de Souza Dias, de São Bento do Sapucaí; Senhoras e Senhores, vou dizer apenas duas palavras: a primeira, que todos sejam bem-vindos a São José dos Campos, terra de migrantes, portanto, recebe bem os que vêm de fora. A segunda, para parabenizar o Deputado Sidney Beraldo por esta iniciativa e por extensão a toda Assembléia Legislativa. É importante jogarmos luz sobre os problemas que temos.

Gostaria de dizer, Beraldo, que aqui em São José temos um embrião do que pode ser aquilo que você provocou na sua fala: uma entidade. No dia 28 – inicialmente só com São José dos Campos, mas a idéia é expandir às outras prefeituras – vamos fundar um centro de empreendedorismo e competitividade. Vai ser um OS envolvendo a universidade, a empresa e o Poder Público: ITA, Univap, Etep, a prefeitura, o Governo de São Paulo, o MCT, a FIESP, o SEBRAE, a Embraer, baseado numa experiência que tivemos no passado e que não deu muito certo, chamava-se PoloVale. Vai ser uma entidade de excelência. Colocamos um vetor a mais além do desenvolvimento tecnológico: o vetor do desenvolvimento do espírito empreendedor. A idéia é catalisar esforços e fazer com que cada um na sua e de uma maneira organizada colabore com o desenvolvimento do espírito empreendedor e da competitividade do município. Pretendemos também fazer com as outras prefeituras da região, mas tenho a teoria de que primeiro temos de pôr a bicicleta para andar e depois ver para que lado ela vai.

Portanto, dia 28 estaremos fundando o que poderia ajudar a fazer parte do conselho a que você se refere.

Parabéns a vocês! (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –
Passamos a palavra à Deputada Federal Ângela Guadagnin.

A SRA. ÂNGELA GUADAGNIN – Bom-dia a todos.

A exposição que o professor fez deu uma idéia, que depois vamos aprofundar estudando esta publicação que foi distribuída, de que nem só riqueza traz crescimento humano.

É importante vermos esse índice paulista porque mostra a diferença entre o desenvolvimento financeiro, a riqueza produzida, mas também a qualidade de vida do povo.

Tive a satisfação – da mesma forma vários dos Prefeitos presentes e o nosso Deputado Carlinhos também – de em julho fazer um seminário onde discutimos o PPA nacional para contribuir com sugestões da nossa região ao PPA nacional. E observamos que vários itens dos pontos apresentados no PPA estadual apareceram também na questão da necessidade de ampliar a universidade pública. Temos a Unesp aqui em Guaratinguetá, temos o ITA, não temos a Faenquil, não temos uma universidade. Mostrou-se o pólo de desenvolvimento turístico, a capacidade de turismo que a região tem. Estava até conversando com o Deputado Carlinhos que eu acrescentaria, dentro das ações propostas para o turismo, investimento em infra-estrutura, porque os nossos Municípios, principalmente os da região histórica do nosso Vale, têm muita dificuldade na área da infra-estrutura e da formação, capacitação de mão-de-obra específica para o turismo. Já fica a sugestão para emendas ao PPA desses dois pontos. Considero muito importante pensar esse desenvolvimento integrado com uma região metropolitana para que possamos estar aglutinando esforços na melhoria regional.

Parabéns à Assembléia Legislativa pela iniciativa de chegar próxima do povo, inclusive nesse questionário que recebemos pergunta-se se a população sabe o que a Assembléia Legislativa faz. Acho que essa proximidade da Assembléia Legislativa com a população, com as regiões, com os Municípios, aumenta o potencial de reconhecimento do papel da Assembléia, do que ela faz e pode fazer mais ainda.

Parabéns por essa atividade que traz a discussão da região, possibilitando às pessoas, à sociedade, interferir até na elaboração do PPA. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –
Queremos agradecer a presença da Sra. Eliane Machado, Delegada Regional da Secretaria

de Estado da Cultura; do Sr. Alexandre Beviláqua, Secretário da Agricultura e do Meio Ambiente de Queluz; do Sr. José Celso Bueno, Secretário da Cultura, também do Município de Queluz; do Sr. Ramón Castro Tourón, Secretário de Desenvolvimento Econômico de São José dos Campos e do Sr. Aílton Barbosa Figueira, Diretor Regional da Secretaria de Economia e Planejamento.

Passamos a palavra ao Sr. Blaird Cardoso, Presidente do Sindivapa, Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Cargas do Vale do Paraíba.

O SR. BLAIRD CARDOSO – Bom-dia a todos.

O Setor de Transporte Rodoviário de Carga não podia deixar de se fazer presente nesta reunião, principalmente pela sua responsabilidade na sustentação do desenvolvimento da região e de todo o Estado. Vou passar rapidamente a estrutura que temos no Estado de São Paulo.

O setor rodoviário de carga é representado pela Federação das Empresas de Transporte, que integra 13 sindicatos e dá sustentação ao Sesc e Senac, um serviço social de transporte e o serviço nacional de aprendizagem no transporte.

Criada em 94, quando nos separamos do SESI e do SENAI, construímos nesse período 98 unidades nas quais estamos oferecendo a profissionalização e assistência social a todos os integrantes do setor de transportes: o setor de transporte de carga, passageiros, taxistas e os autônomos.

Temos hoje no Brasil um milhão e 600 mil caminhões. No caso do Vale do Paraíba temos 650 empresas de transporte, oferecemos uma frota regional de 28 mil caminhões, empregamos 12 mil funcionários diretos e nove mil indiretos. Somos responsáveis regionalmente pela movimentação de 90% do PIB; em nível federal, sessenta por cento. Eis o porquê das nossas reivindicações.

Precisamos nos empenhar para fazer com que o Governo Federal nos dê o disciplinamento do setor. Esta é uma preocupação muito grande da nossa parte. Temos discutido isso em todos os níveis através do Ministério dos Transportes. Realmente o Brasil precisa se desenvolver e o transporte rodoviário de carga precisa ser reestruturado e disciplinado. Esse segmento caiu numa concorrência predatória, que, infelizmente, desestruturou todo o segmento no país. Há uma preocupação nossa muito grande, que volto

a repetir: se não tivermos a reestruturação do segmento, este País pode deixar de se desenvolver por falta realmente de uma estruturação do transporte. Quando falamos em transporte, não falamos apenas do rodoviário. Queremos falar do transporte ferroviário, marítimo, aéreo, ou seja, precisamos criar uma logística adequada para o País. Hoje o País paga muito caro por falta de uma adequação logística necessária.

Aqui na região transportamos produtos para Manaus de navio e trazemos para o Estado de São Paulo, de retorno, de caminhão. Essa é uma logística inaplicável. Precisamos realmente reformular.

No caso da regional, precisamos nos empenhar na implantação do terminal multimodal. Esse terminal multimodal dá realmente a condição para que todos os segmentos possam atender o desenvolvimento do País.

Regionalmente precisamos dar continuidade ao aeroporto, que foi desenvolvido, mas, infelizmente, até por falta de uso desse potencial todo, corremos o risco de perder a internacionalização do aeroporto, que, para nós, seria um retrocesso. Precisamos realmente desempenhar isso.

Na questão do Porto de São Sebastião, precisamos aproveitar esse grande potencial.

Ou seja, o Vale do Paraíba é uma região riquíssima, e o transporte rodoviário de cargas tem-se feito representar. Estaremos inaugurando agora o CAPT, que é o Centro de Aperfeiçoamento do Transporte, em Jacareí, numa área de 30 mil metros quadrados, com toda a infra-estrutura para profissionalização e assistência social. Lá, teremos oito ambulatórios médicos, quatro oftalmológicos, e uma área de lazer com complexo aquático de três piscinas, quadras e campo de futebol.

Ou seja, o transporte rodoviário de cargas não tem a preocupação única da sustentação do seu sistema econômico. Ele investiu, está investindo, e sempre procurará dar sustentação social, porque não há segmento que sobreviva sem uma implantação social necessária para aqueles que a sustentam, que são os seus colaboradores.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –
Convidamos o Sr. Ramón Castro Tourón, Secretário de Desenvolvimento Econômico de São José dos Campos, para que faça a sua explanação.

O SR. RAMÓN CASTRO TOURÓN – Em nome do Deputado Estadual e Presidente da Assembléia Legislativa, Sidney Beraldo, cumprimento os membros da Mesa.

As apresentações feitas sobre o ITRS e o PPA traduzem muito bem o que representa a nossa região.

Vou me ater a um aspecto importantíssimo que já foi manifestado aqui pelo Prefeito de São José dos Campos, Emanuel Fernandes, que é o lançamento agora, no dia 28, do Centro de Empreendedorismo e Competitividade, que pretende integrar toda a região administrativa de São José dos Campos.

De acordo com a informação da Assembléia Legislativa, este Fórum vai discutir a retomada dos investimentos privados. O professor da Unicamp destacou, em sua explanação, a importância do turismo, não só para o país, mas particularmente para a nossa região. Quero enfatizar que o turismo na região de São José dos Campos, ou do Vale do Paraíba, ou, mais modernamente, do cone leste paulista, não é importante somente do ponto de vista da quantidade de pessoas que aqui chegam, ou o fato de termos turismo em quase todos os segmentos, principalmente o religioso, de montanha, que recebe as elites, o de praia, representado pelo turismo rodoviário ou do turismo de verão.

A nossa região também é muito rica em matéria de cultura e de arquitetura. Podemos dizer que à exceção do turismo de neve, temos na nossa região, nesse complexo que abriga mais de dois milhões de brasileiros, o maior destino de turismo doméstico do país. Não conheço nenhuma outra região do Brasil que receba um contingente de 13 milhões de pessoas. Então, precisamos começar a prestar atenção nisso. Mas de que maneira? Pensar nesse contingente de pessoas e no turismo, enquanto fato econômico. Se enxergarmos o turismo enquanto fato econômico, como um dos mais importantes aspectos para a nossa riqueza, principalmente para mitigar, minimizar este que é o maior problema que enfrentamos no mundo moderno dos dias atuais, que é a geração de postos de trabalho. Geração de que maneira? Das pessoas com menor qualificação e das pessoas que podem ser facilmente qualificadas, ou até mesmo requalificadas para inseri-las no mercado de trabalho.

Creio que essa atividade, se bem pensada e estimulada, é capaz de responder a um só tempo a dois aspectos importantes: a geração de riqueza e também a geração de postos

de trabalho. E a um só tempo naturalmente integrar um outro item que integra o Índice Paulista de Responsabilidade Social, porque nesse diapasão certamente o índice de longevidade da nossa população deverá crescer também, porque uma série de outras ações concomitantes haverão de ser representadas.

Volto a frisar que, para isso, não precisa certamente de investimentos públicos, a não ser de um envolvimento, de uma tomada de consciência. Tenho absoluta segurança de que precisamos começar a trabalhar a consciência coletiva para despertar para o turismo enquanto fato econômico. Isso porque o turismo no nosso País ainda é visto como uma atividade de lazer sem função econômica ou social.

Os países desenvolvidos, ditos de Primeiro Mundo, têm no item turismo um dos principais itens de exportação ou de atração de divisas ou de geração de riquezas. Portanto, se essa indústria, sem chaminés, produz para os países mais desenvolvidos riquezas importantes, a ponto de receber atenção especial, diria que devemos desenvolver essa indústria como um fato gerador de riquezas e produtor de postos de trabalho. Aliás, quero dizer, com alegria, que temos despertado para essa realidade, mas nunca é demais dar ênfase, já que, nas palavras do Governador Geraldo Alckmin e do seu Secretário de Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, e também nas palavras do Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, e do Presidente da República, que isso se transforme não só em palavras, dizendo que o turismo é importante, mas com ações efetivas no sentido de criar uma consciência coletiva de que devemos ter essa indústria como um fato gerador de riquezas e produtor daqueles postos de trabalho que tanto necessita a nossa população.

Esse é um momento difícil, mas São José dos Campos e o Estado São Paulo têm uma vocação extraordinária, até porque essa região já é a de maior densidade de turismo doméstico do Brasil. E também porque aqui é uma região altamente desenvolvida do ponto de vista industrial e é a sede da indústria aeronáutica e aeroespacial do Estado de São Paulo. Sou testemunha da quantidade de manifestações de procura por espaços para a realização de feiras, congressos, eventos, exposições e mostras. Não existem espaços aqui na nossa região, nem no Estado de São Paulo e nem no Brasil, na qualidade e no tamanho que se necessita para atender a essa demanda. Para isso, não necessita investimento público,

precisa motivação e estimular a iniciativa privada a investir nesse segmento, que certamente trará importantes resultados também para seus investidores.

Outro aspecto que foi discutido aqui e que me parece muito relevante, é sobre a universidade pública. A região é muito bem servida no que diz respeito à educação, em todos os níveis, particularmente em São José dos Campos, mas carecemos de universidade pública. Temos duas universidades públicas, sendo que uma delas é de excelência. Trata-se do ITA, que é federal, e sua estrutura permanece quase que sem alteração desde a sua criação, na década de 50, e atende a brasileiros do Brasil inteiro, mas a alguns segmentos específicos. Isto demonstra a importância da universidade de excelência. Esse segmento específico atendido por essa universidade gerou aquela que é o maior orgulho brasileiro, hoje detentora da terceira ou quarta melhor posição da indústria aeronáutica mundial. Isso significa que uma universidade pública de boa qualidade, de excelência, haverá de produzir importante destaque para o Brasil no cenário internacional. Mas, à exceção do ITA e da UNESP, com um único curso, também de excelência, de odontologia, não temos universidade pública. É na universidade pública que se produz ciência, e essencialmente aquilo que mais é necessário nos dias atuais, que é o conhecimento. A ciência aliada ao conhecimento é a grande responsável pela geração de riquezas.

Muitos outros aspectos poderiam ser discutidos nesta fala, mas o tempo é escasso. Não adianta também fazermos um leque impossível de ser atendido. Creio que atendidos esses dois pressupostos, essas duas áreas, esses dois itens, haveremos de alcançar os demais.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Convidamos o Deputado Afonso Lobato, do PV, do Município de Taubaté, para que faça o seu pronunciamento.

O SR. AFONSO LOBATO - PV – Cumprimento o Prefeito Emanuel, nosso anfitrião, o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Sidney Beraldo, nossa amiga, Dra. Ângela Guadagnin, deputada federal, nosso amigo, Deputado Estadual, Carlinhos Almeida, e os Prefeitos aqui presentes.

Gostaria, primeiramente, de parabenizar a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, na pessoa do nosso Presidente, Deputado Sidney Beraldo, pelo fato de se levar praticamente a Assembléia às regiões para discutir com a população que, na sua maioria, não conhece as atividades parlamentares. Existe uma confusão muito grande entre a atividade do parlamentar, do Deputado, do Prefeito. Então, trazer isso, estabelecer um Fórum de discussão e informações articuladas, posteriormente significarão ações articuladas. De fato, gostei muito dessa luta aqui, pois é exatamente isso que a nossa região está precisando. A nossa região está precisando de ações sistematizadas para que o humano seja valorizado. Acho que o humano não pode sofrer em detrimento do econômico. O humano é superior ao econômico. A atividade econômica, o desenvolvimento econômico deve dar condições de igualdade no mercado de trabalho a todos.

Neste sentido, temos, na nossa região, dívidas sociais muito grandes. Haja vista que muitas cidades da nossa região ainda não têm tratamento de esgoto. O esgoto é lançado in natura no nosso querido Rio Paraíba. A questão do tratamento de esgoto está ligada à qualidade de vida e à saúde. Portanto, acho que temos que resgatar essas dívidas sociais. Conhecemos Municípios como Arapeí, São José do Barreiro, Lagoinha, Redenção da Serra, onde muitas pessoas não têm acesso a comida. Então, é necessária a valorização da agricultura familiar. Percebemos, muitas vezes, uma agricultura em que a grande maioria não tem acesso, não tem como vender seus produtos. Mesmo sendo o artesanato, em alguns Municípios, uma forma de geração de rendas, falta incentivo, falta como comercializar aquilo que a população, de uma forma alternativa, tenta encontrar como saída para resolver o seu problema, o problema da geração de renda.

Portanto, acredito que essas dívidas sociais têm que ser resgatadas, através dessas informações que nos levem a uma ação articulada. Acredito que a partir daqui poderíamos somar esforços. Infelizmente, um grande número de Prefeitos não está presente, falta da nossa parte articulação, acreditar para que juntos possamos partir para um plano bem articulado. Aí entra o Plano Plurianual, a expressão que contempla as necessidades da nossa região.

Parabéns, Presidente! Espero que, juntos, possamos construir um São Paulo justo, que todos possam ter acesso aos bens de produção e tenham uma vida digna. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Convidamos agora o Prefeito do Município de Caraguatatuba, Sr. Antonio Carlos da Silva.

O SR. ANTONIO CARLOS DA SILVA – Bom-dia.

Quero cumprimentar o Presidente da Assembléia pela iniciativa de trazer essas questões à base, o que certamente fortalecerá muito a nossa região. Quero cumprimentar toda a equipe de trabalho da Mesa, o Manoel Fernandes, Prefeito de São José dos Campos, Deputados Estaduais e Federais aqui presentes.

Vemos o potencial turístico da nossa região, mas sentimos na pele algumas dificuldades. Sempre troco a palavra turismo por qualidade de vida. Qualidade de vida é fundamental para enfrentarmos essas dificuldades e a concorrência tanto internacional quanto nacional.

Vou fazer algumas observações, primeiro quanto à segurança. Se de um lado a Polícia Militar do Estado de São Paulo tem na sua política de segurança o policial regional, que mora nos bairros, no Litoral Norte é diferente. Não está sendo contemplada a nossa sazonalidade. Temos uma idéia de que só na temporada precisamos reforçar o policiamento. Chegam policiais de outras regiões, o que é contrário à política de segurança, muitas vezes longe das famílias. Hoje essa necessidade do reforço não é só na temporada. Em todos os finais de semana, principalmente os prolongados, a população duplica ou triplica no Litoral Norte. Esse fato é muito preocupante. Sabemos das dificuldades, mas acredito que o Litoral Norte é muito fácil de ser monitorado. Quero deixar uma observação para que tenhamos mais monitoramento, monitorar quem entra e quem sai. Isso enxuga muito as despesas.

O Litoral Norte precisa ter um projeto de segurança que possa trazer a todos nós uma tranquilidade para podermos passear com a família. Disso precisamos no Brasil inteiro, mas principalmente quando se sai de uma população de 300 mil habitantes e vai até um milhão de pessoas. Muitas vezes convivemos com bandidos foragidos da polícia que alugam uma casa no litoral e ninguém sabe quem é. Essa questão da segurança é muito preocupante.

Temos vários segmentos de proteção ao turismo. Temos o turismo cultural, o turismo de eventos, o turismo de negócios, uma série de segmentos. Queria deixar uma

sugestão de se criar o selo do artesanato do Litoral Norte. Precisamos agregar qualidade ao artesanato, é um grande ponto de geração de empregos, de renda, mas é solto, não temos um selo de qualidade. Teríamos uma classificação, uma qualificação. Impediríamos até que o artesanato entrasse do Brasil inteiro, no Estado de São Paulo. Seria um elemento importante para a geração de emprego na nossa região.

Conseguimos em Caraguatatuba uma escola profissionalizante com um projeto do Governo Federal. Temos várias parcerias com essa escola, como o Instituto Paula Souza. O Litoral Norte cresce, há mais de dez anos, mais de 10% ao ano. Quando disputei a primeira eleição, que perdi, Caraguatatuba tinha 24 mil eleitores. Quando disputei a primeira eleição que ganhei, Caraguatatuba tinha 34 mil eleitores. Disputei a reeleição, 49 mil eleitores. Já estamos com 57 mil eleitores só em Caraguatatuba. É um desafio grande para o poder público, pois não temos a contrapartida do ICMS para enfrentar esse desafio. Não temos indústrias, nossa indústria é o turismo. A infra-estrutura fica aquém.

São 1.800 vagas que se aumentam na rede municipal todo ano. O grande desafio dos Prefeitos do litoral é que precisamos dessa política para ajudar a transformar o Litoral Norte, que é uma das regiões com maior potencial de turismo no Estado de São Paulo, a melhorar a qualidade de vida, a ter escolas profissionalizantes.

A prefeitura fornece recursos para a escola, apesar de ser uma escola do Litoral Norte. Destinamos 50 mil reais do orçamento para a escola. Precisamos de uma parceria com o SEBRAE, com o FAT, com o Instituto Paula Souza. Essa escola poderia funcionar como um controle da migração. Amanhã o comércio vai procurar pessoas qualificadas, para isso as pessoas deverão estar morando no município há um determinado tempo, ter feito seus cursos. Por aí podemos fazer um controle da migração para o litoral.

Há quem entenda que o aeroporto de São José dos Campos pode atender plenamente as necessidades do Litoral Norte. Precisamos ver o índice de aeroportos nos Estados Unidos e nos países desenvolvidos e vemos o retorno, afinal, estamos falando em desenvolvimento sustentado. É importante ter um diagnóstico de tudo que possa se potencializar na nossa região, seja o turismo tecnológico, seja o turismo religioso. Observamos que no mundo desenvolvido tudo é resolvido de maneira regional. É interessante que haja uma colaboração para termos ações regionalizadas que possam potencializar esse resultado.

Quero parabenizar a todos pela participação. Esta discussão que está sendo feita é muito importante. Certamente os senhores levarão todas as nossas ansiedades à Assembléia. Queremos só uma coisa: trabalhar e cumprir essa difícil missão de ser Prefeito. Os Governos do Estado e Federal podem dar o índice de desemprego. Mas nós, os Prefeitos, damos o endereço, o nome e convivemos com o desempregado. Infelizmente não estamos vendo perspectivas na reforma tributária que contemplem o fortalecimento dos Municípios, onde nascemos, vivemos e morremos.

Em 1998, Caraguatatuba tinha 100% da rede municipal, o Proep municipalizado, e, inclusive, perdemos 100% da demanda da educação infantil. Temos feito um esforço muito grande para a melhoria da educação no nosso município.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – A escola do PROEP é uma preocupação nossa. Estamos fazendo o levantamento de todas as escolas do PROEP do Estado. Temos percebido uma dificuldade de o modelo originalmente pensado funcionar. Hoje há alguns cursos, há parceiros, há recursos de fora da prefeitura?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DA SILVA – Estamos funcionando só com pequenos recursos. Para o ano que vem, colocamos no orçamento 50 mil reais. Não temos como colocar mais recursos. Esperamos que, com a estrutura montada e esse aporte da prefeitura, possamos atrair recursos do FAT, da iniciativa privada. Estamos fazendo um vestibular extra-oficial em parceria com o Cefet. Tivemos mais de 600 inscrições. Principalmente para o Litoral Norte, é fundamental a escola atender a região. Não temos mão-de-obra qualificada.

Uma vez, fui para Natal. No hotel, eu me surpreendi muito com o atendimento. Eram pessoas simples, mas um atendimento que nunca tinha visto nem no exterior. Perguntei para eles onde arranjavam a mão-de-obra e descobri que tinham feito curso no Sebrae, e estavam fazendo um outro curso sobre surpreender a expectativa do cliente. Isso faz quase quatro anos. Ontem, estava vendo na TV a fortaleza que é o Cefet. Temos organismos sensacionais tanto no Governo Federal quanto no Governo Estadual. O que precisamos fazer é unir as ações. Temos de fazer uma administração suprapartidária,

trabalhar de maneira integrada para facilitar a vida de todos. Fazendo isso, vamos beneficiar quem mais precisa.

O SR. GUSTAVO ZIMMERMANN – Colaborando com esta discussão, quero dizer que gastamos quase um milhão e meio com o ensino técnico, atendemos 900 jovens. Fiz uma discriminação positiva, ou seja, 30% talento e 70% renda. Quero ver alguém reclamar disso, porque não podemos ser universalizados para todos. Custa muito caro manter uma unidade dessas. Infelizmente, não conseguimos o custeio, mas o resultado é excelente.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Convidamos o Prof. Messias Borges Silva, Diretor Geral da Faculdade de Engenharia Química de Lorena.

O SR. MESSIAS BORGES SILVA – Bom-dia amigos da Mesa e demais participantes.

Considerando esta discussão de desenvolvimento da nossa região, como representante de instituição universitária, gostaria de trazer uma notícia que chega a um ponto crítico, no qual todo o esforço da nossa região é fundamental para que o sucesso seja conseguido. Temos um trabalho que já vem sendo feito há praticamente dois anos. Num contato nosso com a Faenquil de Lorena, uma instituição universitária pública estadual, chegamos a um acordo com a USP para que consigamos trazer a Universidade de São Paulo para o Vale do Paraíba. Temos hoje uma minuta de projeto de lei que está em discussão na Casa Civil e já temos feito alguns contatos junto aos Deputados Estaduais para que esse processo não seja deixado de lado e com isso percamos tempo no processo de concretização da vinda da Universidade de São Paulo para o Vale do Paraíba. A própria Deputada Ângela falou dessa necessidade de termos a ampliação e a oportunidade de vagas públicas nas universidades da nossa região.

Sabemos que com a chegada da Universidade de São Paulo esse é um dos itens que fazem parte da agenda das discussões: a ampliação do número de cursos e a ampliação do número de vagas. Como o contexto é desenvolvimento regional quero dizer, principalmente

ao Deputado Sidney Beraldo, que a Assembléia possa fazer esse esforço junto ao Governo do Estado para que rapidamente esse projeto saia da Casa Civil. Tecnicamente já está todo discutido com a Universidade de São Paulo também, junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, da qual fazemos parte, e então possamos levar essa discussão junto à Assembléia. Com o apoio de todos, a nossa região pode ser beneficiada na prática, com a extinção da atual Faenquil e, no lugar, chegar a Universidade de São Paulo. A partir daí temos uma série de aspectos importantes que contribuirão para o nosso desenvolvimento regional.

O SR. AFONSO LOBATO – Só uma colocação. Estive lá numa reunião e houve exatamente uma reivindicação de que o quadro de professores da universidade fosse aproveitado.

Como está essa discussão?

O SR. MESSIAS BORGES SILVA – Fizemos, Deputado, uma proposta de minuta de projeto de lei, onde introduzimos um artigo que todo o pessoal que faz parte desse quadro seja mantido e que as suas atividades sejam mantidas na Cidade de Lorena. Agradeço a preocupação do Deputado. Na primeira minuta de projeto de lei, contrariamente a uma situação que tínhamos discutido numa comissão com várias pessoas, a própria Secretaria de Ciência e Tecnologia, pessoas da USP, nós Faenquil e também da Procuradoria-Geral do Estado, e tínhamos feito um acordo na comissão. Neste acordo as questões da garantia do emprego e da garantia da atividade, na atual localidade, foram providenciados. Mas quando o projeto foi escrito esse item não fez parte.

Então, nós membros da Comissão, nós Faenquil, fizemos um voto em separado, assinamos o relatório e apresentamos uma proposta da nossa congregação, que é o órgão máximo, com esse item. Na realidade tinha um artigo que definia tudo isso. Quer dizer, pega todo esse trabalho que nas três dezenas de anos foram feitos com muita dedicação, garantindo àqueles que construíram essa instituição o direito de permanecerem trabalhando e na cidade. Naturalmente sabemos e concordamos que com a chegada da universidade os cargos que serão criados serão naturalmente ocupados por via do concurso público, que dá igualdade de direito para qualquer cidadão que tenha interesse de lá trabalhar. Mas, para

aqueles que lá estão no dia de hoje, que a eles esteja garantido esse emprego e com a atividade na cidade.

Nesse sentido, realmente reforçamos esse pedido de apoio e agradecemos. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –
Vamos ouvir a Sra. Silvana Aparecida da Silva, representante do Consab – Conselho da Sociedade de Amigos dos Bairros de Jacareí.

A SRA. SILVANA APARECIDA DA SILVA – Bom-dia.

Cumprimento os membros da Mesa na pessoa do nosso Presidente, senhoras e senhores aqui presentes, é com muito prazer que aqui estou e quero parabenizar toda a Mesa Diretora.

Sou a Presidente do Consab, Conselho da Sociedade de Amigos dos Bairros de Jacareí. Hoje, em Jacareí, temos 57 Sociedades de Amigos de Bairros filiados ao Consab. Somos então uma entidade não-governamental.

Quero colocar três questões que observei, Sr. Presidente: eu observo a falta de uma parceria maior entre o Governo – seja Municipal, Estadual ou Federal – conosco, das instituições. Seríamos grandes parceiros dos Governos porque somos a ponte entre o Governo e a comunidade, sendo que muitas vezes pagamos para trabalhar por não termos fins lucrativos.

Uma outra questão é no tocante ao Legislativo. Observo que faltam muitos Deputados aqui. Eu, pelo menos, estou observando a falta de muitos Deputados. Fico imaginando se, numa situação regional, isso não atrapalharia o nosso desenvolvimento. É uma coisa em que fiquei pensando.

Outra questão é sobre a Segurança Pública. Se pensamos em desenvolvimento sustentável precisamos também pensar na Segurança. Em tudo observamos a falta da Segurança. Penso que seria também um item para se discutir neste Fórum. Para o turismo, para a micro, média e grande empresa, sem segurança não é possível trabalhar. Se todo mundo começar a ser assaltado vai generalizar e ninguém vai querer visitar lugar nenhum.

Deixo o meu pedido para que os Governos observem essas questões, principalmente da Segurança, Polícia Militar, que hoje também é sustentável, existem muitas empresas de

segurança. Penso então que o Legislativo poderia rever as nossas solicitações. É o pedido de todas as instituições aqui presentes. Queremos dar a mão para o Governo e sermos seus parceiros, mas isso, muitas vezes, não acontece. Estamos, portanto, aguardando que o Governo estenda a sua mão no que for preciso.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –
Vamos ouvir as palavras do Deputado Carlinhos Almeida.

O SR. CARLINHOS ALMEIDA – PT – Bom-dia a todos.

Quero saudar o Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa, e também me associar aos cumprimentos já feitos. Sem dúvida nenhuma essa foi uma decisão da Assembléia Legislativa, mas o grande impulsionador dessa decisão foi o nosso Presidente Sidney Beraldo que, aliás, foi eleito quase que por unanimidade. Só não obteve um voto que foi o dele mesmo. Portanto, representa a todos nós, Deputados de todos os partidos, inclusive com esse trabalho do “Fórum Legislativo de desenvolvimento Econômico Sustentado”. Quero saudar o Prefeito Emanuel Fernandes da nossa cidade, o meu colega Deputado Padre Afonso, a Deputada Ângela, os Prefeitos presentes e cidadãos.

Serei bastante objetivo. Sem dúvida nenhuma vivemos numa região que impressiona pelo nível de desenvolvimento e pela riqueza que gera, que produz, mas também é uma região que impressiona quando você olha os dados pela sua desigualdade. Temos as cidades do eixo da Dutra com desenvolvimento industrial fantástico, mas temos as cidades da Serra do Mar com enorme dificuldade, a região do Litoral e a região da Serra da Mantiqueira que vivem também o drama da desigualdade. Nunca podemos esquecer que a região do Litoral Norte talvez seja a que possui um maior crescimento demográfico do Brasil, acredito, nos últimos anos.

É, portanto, um grande desafio para nós continuarmos crescendo, mas fazemos com que esse crescimento possa acontecer de forma mais justa, com mais distribuição do próprio crescimento. Temos situações de cidades que têm diminuído a sua população, atraída, evidentemente, pelos pólos mais desenvolvimentos.

Listei cinco pontos que acredito serem pontos estratégicos, importantes para a região, pelo menos na minha opinião, evidentemente. O primeiro deles é o problema da infra-estrutura de transportes, abordado há pouco pelo Sr. BLaird. Sabemos que a internacionalização do aeroporto é fundamental e que houve algumas resistências porque existiam setores importantes nessa definição que temiam a possibilidade de privatização da Infraero – possibilidade hoje afastada. Haverá, no dia 27, um seminário organizado pela Infraero para debater a questão da internacionalização e, mais do que isso, a idéia do aeroporto-indústria. Mas também a infra-estrutura de transporte rodoviário para nós hoje é um estrangulamento do desenvolvimento. Todos conhecem a situação das nossas estradas estaduais. Faço registro para que conste porque isso inibe muito o desenvolvimento.

O ensino superior público, que já foi colocado e é a segunda questão importantíssima. Quero apenas dar um número. A cidade de São José dos Campos possui uma vaga de ensino público superior para cada 625 habitantes. Só para se ter uma idéia, Ribeirão Preto possui uma vaga para cada 175 habitantes. Com certeza, a região precisa da ampliação do número de Fatecs, da ampliação da Unesp, que tem um campus aqui em São José dos Campos e outro em Guaratinguetá, além da questão da Faenquil que já foi colocada.

O terceiro ponto que foi bastante abordado: citarei apenas que é o desenvolvimento do turismo. Acredito que a nossa região possui um circuito turístico fantástico. Uma vez vi uma apresentação da Secretaria de Estado do Turismo que mostrava que no Estado de São Paulo tinha tudo que existe no mundo, que 90% do que foi apresentado ali estava aqui na nossa região: turismo religioso, turismo de montanha, balneário e tudo mais que conhecemos.

Quarto ponto: que a Segurança Pública é um estrangulamento no nosso desenvolvimento. E assim precisa ser entendido pelo Governo do Estado, pela Assembléia Legislativa e por todos nós da região, especialmente São José dos Campos, Jacareí e Litoral Norte, além, evidentemente, de Campos do Jordão, que possui um evento muito forte no meio do ano e que tem também, com o problema da Segurança Pública, um estrangulamento.

Por último, quero insistir numa idéia que tenho defendido, que é a transformação da nossa região em região metropolitana. A nossa região tem um consórcio de Prefeitos que é

muito ativo, mas que não tem, evidentemente, poderes de deliberação sobre assuntos que seriam importantes para nós. A única figura jurídica prevista na nossa Constituição, que pode deliberar sobre transporte no âmbito regional, e sobre outras áreas, é a figura da região metropolitana. Com ela poderemos ter um conselho de desenvolvimento com poder deliberativo e paritário a Municípios e estados, ter um fundo com recursos para o desenvolvimento da região e, finalmente, ter uma agência de desenvolvimento, um órgão do estado que teria como única preocupação pensar e trabalhar o planejamento e o desenvolvimento regional. Acredito que esse seria o caminho para que muitas das nossas potencialidades deixassem de ser meramente potencialidades e pudessem, sem dúvida nenhuma, se transformar em desenvolvimento.

Quero encerrar cumprimentando mais uma vez a todos que vieram: Presidente Sidney Beraldo, pela iniciativa e pela dedicação nesse Fórum, e dizer que fizemos uma série de emendas ao PPA e ao orçamento. É importante que possamos traduzir todos os debates que estão sendo realizados pela Assembléia do Estado em emendas que venham a aperfeiçoar esse projeto e torná-lo, digamos, mais em sintonia com os anseios da população e das várias regiões do nosso Estado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –
Queremos registrar a presença do Sr. Paulo de Tarso Marques, Delegado Regional de Turismo da Secretaria de Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Convidamos o Sr. Paulo Ramos, Prefeito do Município de Ubatuba.

O SR. PAULO RAMOS – Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, na pessoa de quem quero cumprimentar todos da Mesa, concordo plenamente com a instalação deste “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado” que é um exemplo de como a Assembléia Legislativa deve atuar. E é com isso que concordo plenamente.

Particularmente, concordo com isso, inclusive como já disseram aqui, a gente sabe que a nossa região tem tudo e na realidade podemos nos voltar totalmente ao turismo. Não podemos nos esquecer que além desse atrativo turístico que a gente vê em nossa região uma boa parte fica no Litoral Norte.

Além do Litoral Norte nós vemos na realidade que a Sabesp, como exemplo – que atua muito mal, por sinal – deveria ter mais investimentos nas nossas cidades, principalmente na nossa cidade. Atua muito pouco.

A gente vê – como falaram aqui do rio, que o rio é poluído –, aquela imensidão de praias sendo poluídas, sem ter uma atividade mais concreta da Sabesp. Acho que os Deputados devem na realidade levar isso como um caso sério, uma briga dentro da própria Assembléia, para que a Sabesp atue melhor, ou de forma melhor, porque não dá para falar em desenvolvimento sustentado, ou econômico ou ambiental, sem falar do ambiente. A gente vê o caso em Ubatuba, em Picinguaba, tudo projeto aprovado, e nada foi feito em relação a saneamento daquele bairro. E pior ainda, aqui vai ao presidente uma recomendação que, quando se aprova uma lei, depois dessa lei há os decretos para ser regulamentada essa lei. Mas temos que nos preocupar que lá na região onde se aprova a lei moram pessoas. Aí se fala no humano. Lá, quando aprovaram a lei e quando falaram no gerenciamento costeiro, esqueceram que existem quilombos na Praia do Camburi, na praia dos Agricultores no Ubatuba-Mirim, que simplesmente fazem agora para se regulamentar o decreto.

É uma zona Z-1, imprópria para moradias. Como o caso das pessoas que pintam o mapa de verde, como se lá fosse o Parque Estadual da Serra do Mar, onde não existe a vida humana. E agora está lá para a gente regulamentar. A gente questiona e ninguém dá resposta para a gente, de como vão ficar essas pessoas. Então, isso envolve o confronto, na realidade, porque foi aprovado o decreto que quer instruir, quer normalizar a lei e as pessoas que estão lá. Existe uma confusão muito grande na cabeça dos moradores de Ubatuba, do Prefeito de Ubatuba. Eles sabem que o assunto é polêmico, muito polêmico. Mas tem de ter tratamento diferenciado daquele que está lá há 100, 200 anos, e daquele que invadiu a serra hoje.

Então, nós somos taxativos com relação a isso. Achamos que há um impacto dessa grande região e nós temos essa oportunidade, justamente na Assembléia, com nossos Deputados para que eles levem da cidade essa preocupação que nós temos como Prefeito da cidade e da região.

Sinto falta aqui, é claro, dos demais Prefeitos da nossa região. Porque um Fórum como este é muito importante pois leva as reivindicações da região como um todo.

Outra coisa grave que acontece também na nossa região é o problema da saúde. A situação da saúde é grave em todo o País. Todos vocês sabem que a região do Litoral Norte, principalmente os quatro Municípios, recebe um número exagerado de pessoas na época da temporada. E se o Governo não está disposto, não quer ajudar, fica uma situação difícil.

Imaginem só, uma cidade que passa – como a de Caraguatatuba –, de 100 mil para 400 mil habitantes, como fica a situação da cidade, que é uma das mais preparadas em relação à saúde, na nossa região. Imaginem Ubatuba, que chega a 10 vezes mais o número da população existente. É uma situação muito difícil. O Governo precisa olhar com carinho. A Assembléia precisa olhar com carinho e fortalecer realmente esse pedido que nós fazemos, inclusive esse Projeto de Verão que temos, que o Governo ajude.

Outro dado importante para colocar aqui é a segurança. A gente acha um absurdo que só na época da temporada vem um número exagerado de soldados. É um sacrifício essas pessoas virem para a cidade, porque precisa dar toda a alimentação, moradia para esses soldados. Se o Governo não olhar isso com carinho, porque é para lá que vão as pessoas do estado inteiro, vai ser uma situação difícil.

Estou colocando essas coisas para verem que não adianta a gente falar em desenvolvimento econômico sustentado se não começarmos a olhar as coisas básicas, as coisas pontuais na realidade, para gente pensar em dar um passo à frente, porque não adianta pensar o desenvolvimento econômico se não se preocupar com o meio ambiente. A grande preocupação nossa é com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentado na realidade é uma forma de se manter tudo isso vivo. Tudo. A região toda viva. É uma forma de manter isso vivo.

Temos o caso de Ubatuba, por exemplo. Nós temos o aeroporto e vamos inaugurar agora um heliporto na cidade que precisa de um recapeamento de pista, uma coisa simples, por sinal. Isso já iria receber um número muito grande de aeronaves de grande e de pequeno porte, aeroporto que na época de temporada tem um grande volume de aeronaves, inclusive de helicópteros, enfim, de aeronaves pequenas e isso já é um ponto positivo para o próprio litoral, para a própria região.

Enfim, são casos muito relativos à nossa região. Temos um Fórum agora sobre turismo. Estamos discutindo em todas as cidades da região sobre o turismo, porque nós podemos na verdade fazer turismo interno. O pessoal da serra vai para o mar, o da serra

vem para o vale, do mar para o vale, e assim por diante. Nunca deu certo, porque praticamente parece que as autoridades, os políticos estavam à frente.

Hoje é a comunidade que está à frente disso, e achei interessante porque fizeram primeiro em São José dos Campos, segundo em Ubatuba, e terceiro vai ser na Cidade de Lorena. Então, o pessoal está entusiasmado com isso. Eu acho que é uma coisa boa que está conhecendo nossa região esse turismo interno. Nós já temos as condições de movimentar um grande volume só aqui dentro mesmo. O professor falou que temos o “Schwarzeneger” aqui, temos tudo. E é verdade: é uma região muito rica, realmente, em relação a isso. Mas temos que nos preocupar. Temos essa certeza toda e estamos aqui, professor, querendo desmatar um lugar, com esse crescimento desordenado que acontece, as invasões de beira de rio, as invasões de montanha, e não tem nem a polícia ambiental para coibir isso. E jogam a culpa no Prefeito. Sempre é o Prefeito que é o culpado. Não existe estrutura para isso.

Então o Estado, e a Assembléia, neste caso, têm que olhar com muito carinho. É uma região rica, realmente, mas se não olhar com muito carinho daqui a pouco não vamos falar nem “econômico” mais. Vamos ser destruídos, de uma maneira geral, não vamos mais ter nem condições de respirar.

Vamos dar o exemplo de um município, o de Ubatuba. Todos sabem que Ubatuba é um município comprido, com seis quilômetros de largura mínima e 13 de largura máxima. É um município longo. Quer dizer, não existe espaço para tantos moradores irem para aquela região. Daqui a pouco ou a pessoa estará subindo um prédio, ou invadindo a serra.

Então, são casos difíceis. Eu acho que este Fórum é um momento oportuno para discutirmos isso, inclusive no caso dessas cidades. E também se preocupar em não acabar com a história do nosso Vale. Não podemos também esquecer.

Enfim, é uma região rica, mas temos as preocupações básicas. Mesmo assim dou os parabéns à Assembléia, pela atitude, porque essa é a demonstração mesmo de como o Legislativo deve agir: auxiliar na realidade o poder Executivo a fazer a boa tarefa.

Muito obrigado. (Palmas)

...

Vou prestar rapidamente um esclarecimento. O Prefeito Antonio Carlos colocou a dificuldade da escola de Caraguatatuba. É o seguinte: temos um problema de concepção dessa escola. A escola de Caraguatatuba, pelo fato de ela estar em Caraguatatuba, ela não é uma escola de Caraguatatuba. Ela foi escola construída, concebida para ser uma escola do Litoral Norte. Essa foi a discussão. Estou dizendo isso como ex-gerente do projeto que fui.

Então, se não houver uma solução do ponto de vista regional para manutenção dessas instituições, realmente nenhuma prefeitura tem capacidade para manter. Nós vimos aqui o Prefeito dando um depoimento. Temos uma ótima escola, já funcionando há algum tempo. É a mesma concepção da escola de Caraguatatuba, mas estamos falando de uma cidade do porte de São José, da dificuldade de manutenção. É cara, realmente. Como também ele disse, o retorno é interessantíssimo. Mas é bom que se esclareça.

Uma outra coisa que temos que ver entre as alternativas junto com o representante de vocês, é que a presença do Governo Federal em termo de escolas técnicas em São Paulo é insignificante. Digo isso porque conheço a estrutura de todo o país. Para vocês terem uma idéia, temos em São Paulo menos unidades que têm, como ele citou aqui, o caso do Rio Grande do Norte, que tem mais unidades de escolas técnicas federais do que tem São Paulo.

Então, há um certo desequilíbrio nessas coisas, que são pontos que têm que ser levados na hora de se pensar em manutenção dessas escolas técnicas. Tem sido a coisa que mais tem nos dados do Fórum e tem sido a coisa, depois da infra-estrutura, a maior pedida de todas as regiões por que estamos passando. E tem que ser discutido esse assunto, o Deputado Beraldo colocou há pouco essa preocupação, mas tem que ser pensado em termos de regionalização, porque nenhuma – conheço um pouco essas escolas – nenhuma prefeitura consegue suportar, realmente, o preço de manutenção, do custeio de uma instituição dessas.

Portanto, tem que ser pensado do ponto de vista junto com o Paula Souza, junto com o Governo Federal e principalmente junto com as instituições que compõem aquela região, porque senão nós vamos ter problemas seriíssimos. O Deputado Beraldo acabou de manifestar isso. Vamos levantar esses dados. Sei quais as escolas que estão funcionando, sei quais as que não estão. A gente vai começar essa discussão. Acho isso importantíssimo para não se matar a idéia dessas escolas que estão aí. Lá em São José nós temos uma escola

que está com problema. Tem a sua. Tem a de São José, tem aqui em Boituva, que está com problema de manutenção. Então, temos que pensar isso.

Mas quero reforçar essa idéia. Não se pode pensar numa solução de prefeitura. Tem que ser uma solução regionalizada.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Nós queremos registrar a presença do Prefeito do Município de Bananal, Sr. Wilton Néri Pereira.

Passamos a palavra neste momento ao Sr. Danilo Toledo, Prefeito do Município de São Luís do Paraitinga.

O SR. DANILO TOLEDO – Bom-dia a todos.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Sidney Beraldo, na pessoa de quem cumprimento todos os componentes da Mesa, meus colegas Prefeitos, entidades.

Primeiramente gostaria de colocar que falo hoje em nome de muitas cidades do Vale do Paraíba, 50% do Vale do Paraíba, com uma população menor do que 15 mil habitantes. No nosso caso, São Luís do Paraitinga, esse número de população representa a metade do Vale do Paraíba. Estão aqui alguns amigos, o Wilton, o Geraldo; cidades que estão no mesmo patamar de São Luís do Paraitinga.

Nós enfrentamos, Deputado Beraldo, diversas dificuldades, principalmente neste momento que vivemos no nosso país. Primeiro, são cidades que vivem única e exclusivamente dos recursos federais e estaduais. Não temos receita própria, como bem colocou o Carlinhos, sobre algumas cidades que margeiam a Rodovia Presidente Dutra. Então, nós dependemos exclusivamente desses recursos estaduais e federais.

Não preciso afirmar aqui da nossa situação, da aberração que nós, Prefeitos, estamos tendo, dentro do Codivape e em nível nacional, até, dos nossos recebimentos. Estamos lamentando, porque é a primeira vez que sou Prefeito e eu escuto tanto Deputados Estaduais como Federais, Senadores, Governadores e o Presidente da República. Estou falando sem nenhuma crítica anterior e atualmente.

No momento em que alguma autoridade fala, determinado projeto, para uma determinada região, até acontecer esse projeto, às vezes passa o mandato do Prefeito e não

acontece nada. E isso é levado à mídia. Colocam-se na mídia determinados projetos para as regiões. Anima-se a população, a esperança cresce, todos querem. Mas para realmente ver concretizado aquele resultado às vezes são décadas e mais décadas para realizar o sonho deles.

Eu percebi isso agora. Como primeira vez Prefeito, eu entrei com bastante esperança. Mas as coisas vão caminhando e a gente desanima um pouco. A gente vê que as coisas são muito difíceis para se conseguir realmente aquilo que você acha que a sua região precisa.

Sem fazer crítica aos Deputados, sem essa criação do hospital regional. Isso vai beneficiar não só São Luís do Paraitinga, mas o Vale inteiro.

Meio Ambiente. Sou vice-presidente do Comitê de Bacia do Paraíba do Sul. O Deputado Padre Afonso bem colocou a situação do Rio Paraíba do Sul, que está praticamente detonado em toda a região, não só ele mas também seus afluentes, como os Rios Paraitinga e Paraibuna. As ações não podem ser somente voltadas ao Paraíba do Sul, e sim a todos os Municípios que também deságuam no Paraíba do Sul.

Concordo plenamente com o Prefeito Paulo Ramos, tem que haver uma ação em relação às concessionárias do serviço de água e esgoto. Neste caso, é a Sabesp que domina quase todo o Vale do Paraíba. Algumas cidades têm esse serviço autônomo – não é o caso de São Luís – e são beneficiadas com recurso federal para saneamento. Porque saneamento é saúde e diminui até mesmo os atendimentos à saúde.

Trago também o problema das estradas estaduais. O Deputado Carlinhos fez uma crítica sobre a dificuldade do turismo em razão das condições das estradas. Anteriormente, o Governo Federal privatizou as estradas federais e é inegável que deu certo. A Via Dutra está aí e é um exemplo. Temos muito mais segurança na Via Dutra. Há também a sugestão de que sejam privatizadas as estradas estaduais. Às vezes, não há interesse na privatização de algumas estradas de pequeno fluxo de veículos. Mas em nossa região existem estradas de grande fluxo de veículos, como exemplos a Tamoios e a Osvaldo Cruz.

Ontem, estive em São Paulo e, no retorno a São Luís do Paraitinga, vi o absurdo do movimento que havia na Rodovia Osvaldo Cruz. Muitos carros. É uma rodovia em que empresários talvez queiram investir. Essas privatizações irão facilitar a ida do turista ao Litoral Norte e garantir maior segurança para toda a população do Vale do Paraíba,

inclusive, até o sul de Minas, já que o trânsito de mineiros pelas Rodovias Osvaldo Cruz e Tamoios é muito grande.

Portanto, essas privatizações ajudam. O pedágio é caro, mas pelo menos é revertido em ganho de serviço e melhoria de qualidade das estradas. É uma maneira de incrementar ainda mais o turismo no Litoral Norte. A estrada para Campos do Jordão também tem um grande movimento. A privatização gera pedágio, mas também o transforma em melhorias e segurança para a população.

Antes de encerrar as minhas palavras, mais uma vez, quero agradecer meu amigo, Deputado Beraldo, que é padrinho da Estância Turística de São Luís do Paraitinga. Deputado, esperamos contar com o Senhor e com os Deputados Estaduais Carlinhos e Padre Afonso e com a Deputada Federal Ângela. Estaremos sempre aqui para ouvi-los e também para cobrá-los quanto ao que for de interesse para o Vale do Paraíba. Estou à disposição de todos e vou cobrar, não só para o meu município, mas para toda a região do Vale do Paraíba. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Tem a palavra o Prefeito do Município de São Bento do Sapucaí, Geraldo de Souza Dias.

O SR. GERALDO DE SOUZA DIAS – Bom-dia a todos!

Quero saudar o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Sidney Beraldo, bem como os Deputados Estaduais Padre Afonso e Carlinhos Almeida, a Deputada Federal Ângela Guadagnin, senhoras e senhores e Prefeitos presentes. Quero dar uma pequena contribuição a este Fórum. Acho que o Fórum demonstra que o Poder Legislativo está tomando uma ação a favor da comunidade, ouvindo, discutindo e buscando alternativas para que possamos ter uma vida melhor no Estado de São Paulo e, principalmente, na nossa região.

São Bento do Sapucaí é uma cidade pequena, uma estância climática, que tem pontos positivos, mas que também tem pontos negativos devido à falta de infra-estrutura. Tivemos um ponto positivo ao desmembrarmos o Comitê de Bacias do Vale do Paraíba, o que trouxe independência para que traçássemos metas e investimentos no que diz respeito à preservação do meio ambiente dos nossos mananciais. Mas existe um ponto negativo

porque fomos transformados em APA – Área de Proteção Ambiental. Até então, simplesmente não vimos nenhum investimento ou recurso de compensação para que buscássemos alternativas de emprego e renda. A APA impõe condições para que se possa explorar algumas atividades no município. A nossa reivindicação à Assembléia Legislativa de São Paulo é para que tenhamos uma compensação tributária, um ICMS verde, enfim. Até então, ainda não fomos contemplados com nada.

Também quero colocar uma dificuldade nossa. Estamos a 70 quilômetros de Taubaté e a 85 quilômetros de São José dos Campos. Temos um elevado custo no transporte com relação à Saúde e Educação. De maneira corajosa, a nossa administração está contribuindo, criou um passe escolar para os estudantes que queiram fazer faculdade e cursos técnicos. Só que isso onera o município. Não temos receita própria para manter esse programa. Temos a vontade política. Educação não é somente até a oitava série; Educação é Ensino Médio e também dar a oportunidade para a pessoa ir à universidade. A Prefeitura tem tomado essa iniciativa, é uma política nossa, porque acreditamos que a Educação é a saída para o nosso Brasil.

Portanto, o Estado deveria ter sensibilidade e criar um subsídio para os Municípios que estão mais distantes das universidades para que os alunos recebam o recurso do transporte escolar. Seria uma ajuda muito grande para o nosso município neste momento.

Temos também um problema com relação à APA. Hoje, o nosso lixo é turista, ele faz turismo, já que é depositado em Tremembé. Toda a área da nossa cidade está inserida na APA e nem sequer conseguimos encontrar um espaço para fazer um aterro, dentro das normas ambientais. Temos um custo elevado para transportar o lixo até o aterro da SASA, que ainda não conheço. Estava pagando em dia até pouco tempo atrás, mas faz cinco meses que nem pago a empresa porque estamos sem dinheiro para nada. E isso tem um alto custo.

Enfim, são dificuldades que enfrentamos para nos mantermos como pequeno município. O momento é crítico. As nossas cidades estão passando por um momento difícil, é um desânimo total. O Danilo dizia aqui que o Prefeito até sai da cidade para poder economizar. E essa é a pura verdade. Hoje, no gabinete, o Prefeito gasta demais, já que recebe pedidos toda hora. Até quando vai essa história? É muito “bla-bla-blá”, é muita discussão e pouca ação. De fato, espero que essas ações aconteçam na nossa região.

Fizemos um programa de Governo durante a nossa campanha política, colocamos uma meta de arrecadação e, das nossas receitas, apenas 14% são receita própria do município; 27% são receita do Estado e 59% da União. São Bento do Sapucaí e quase todos os Municípios com população abaixo de 20 mil habitantes são totalmente dependentes dos repasses estadual e federal. Se esses repasses forem diminuídos, o pequeno município fica praticamente inviável. E onde está a nossa política de descentralização, de favorecer o pequeno, de combater o êxodo rural? No meu município, temos 56% da população ainda residindo na zona rural. Temos 14 escolas rurais; temos escolas que estão a 27 quilômetros do centro. Enfim, hoje em dia é uma batalha ser Prefeito de cidade pequena.

Assim, Sr. Presidente da Assembléia, Srs. Deputados Estaduais e Sra. Deputada Federal, vejam o que V. Exas. podem fazer no momento. Precisamos de uma ajuda de custo, de imediato, para que tenhamos ânimo para sermos Prefeitos. Sinceramente, estamos totalmente desanimados porque a situação está mesmo crítica. Desculpem-me pelo desabafo, mas é uma oportunidade que temos de levar nossa voz em favor do nosso município.

Obrigado a todos! (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Em função do adiantado da hora, teremos a última participação, que é do Sr. Mário Fabri Filho, Prefeito do Município de Queluz.

O SR. MÁRIO FABRI FILHO – Deputado Beraldo, nosso amigo, que tem nos ajudado em Queluz; Deputada Ângela, que sempre que pode tem nos dado uma mão; Deputado Carlinhos Almeida; Deputado Padre Afonso. Quando se fala em Vale do Paraíba, todos pensam em uma região rica. Mas o vale histórico, aquela ponta do Estado de São Paulo, é uma zona extremamente pobre. Muitas pessoas no Estado de São Paulo também falam que o Vale do Ribeira é pobre, mas acho que a região mais pobre do Vale do Paraíba é a nossa região. É uma região bonita, com uma natureza exuberante, mas a ajuda não vem. É muito difícil ajuda para todos nós, principalmente para os Prefeitos das pequenas cidades. Existem coisas que podem começar a ser feitas para ajudar os pequenos Municípios. Por exemplo, o município que está inadimplente com um fundo de garantia fica proibido de

assinar qualquer convênio com o Governo Federal. Então, aqueles Municípios pobres estão fadados a serem cada vez mais pobres. Tem que ter um mecanismo. Por exemplo, tenho uma dívida com um fundo de garantia de 25 anos. Os Prefeitos foram passando a dívida uns para os outros e agora estourou nas minhas costas. Às vezes, um Deputado Federal arruma alguma verba no Governo Federal, mas simplesmente não podemos assinar porque estamos inadimplentes. Isso acontece geralmente com os pequenos Municípios. São José dos Campos, Pindamonhangaba ou Caçapava tem como se defender, mas os pequenos Municípios não. Ontem, numa reunião da Secretaria do Meio Ambiente, conversando a respeito das usinas hidrelétricas que estão para ser construídas em Lavrinhas e Queluz, ficamos sabendo que esse problema está afetando a própria Sabesp. Agora, a Sabesp teve um crédito para fazer o tratamento de esgoto em algumas cidades do Vale do Paraíba. Fiquei sabendo que somente duas cidades estão sendo agraciadas porque a Sabesp também está inadimplente junto ao Governo Federal. Em vez de penalizar a Sabesp, isso está penalizando os pequenos Municípios, o povo, a comunidade, que está esperando aquele tratamento de esgoto.

Assim, acho que existem medidas que podem ser criadas rapidamente. Existe justiça para quê? Se a pessoa está inadimplente, põe na justiça para receber. Mas penalizar os pequenos Municípios e as comunidades, que estão sofrendo, que estão à espera daquele benefício? E aquele benefício não está indo, não por culpa das comunidades – às vezes nem do próprio Prefeito –, mas por causa da burocracia que está emperrando. Está inadimplente? Vamos colocar na justiça para que ela dê prosseguimento. São medidas rápidas junto ao Governo Federal que podem ajudar muito os pequenos Municípios.

Quanto à reforma tributária, todos nós, Prefeitos, estávamos numa expectativa de que nos sobrasse algo. Vamos ajudar os pequenos Municípios, principalmente. Acho que o Governo Federal está ficando com o filé mignon e a carne de pescoço está ficando para nós. A verdade é essa. Criam impostos novos. Isso não é só o Governo atual, já vem de oito ou 10 anos. O Imposto de Renda e o IPI, que formam o fundo de participação do município, são divididos fraternamente entre todos nós. Mas essas novas contribuições receberam o nome de contribuição para não serem divididas com os Municípios. Não é nada de mais. A pessoa paga a CPMF e outros impostos nos Municípios e não vemos nem o cheiro e nem a cor do dinheiro de nenhum desses impostos. Mas não é de se estranhar. O povo brasileiro

está cansado de saber que isso é necessário para o Governo Federal. Um país que, entre os anos de 2003 e 2004, vai pagar 275 bilhões de reais de juros não pode direcionar nada para nós. Os Municípios estão fadados à falência porque se esperarmos do Governo Federal alguma ajuda, isso vai ficar praticamente impossível, já que todo dinheiro arrecadado tem que ir para pagar juros.

Essa é uma realidade. Se não podemos tomar parte dessa divisão, essas pequenas ações podem ser feitas. O INSS e o Fundo de Garantia não vão quebrar, mais do que estão, se for dada alguma ajuda aos Municípios nesse sentido.

A minha maior arrecadação foi o fundo de participação dos Municípios. Só para vocês terem uma idéia este mês, a primeira parcela foi 96 mil reais. De desconto de fundo de garantia, de INSS atrasado, eu fiquei com três mil reais. Noventa e três mil reais retornaram para o Governo Federal, em forma de INSS, em forma de fundo de garantia, antigos débitos que o município tem.

Fica praticamente impossível de administrarmos, porque os pequenos Municípios não têm como se virar. É aquela arrecadação que chega, temos arrecadação própria pequena, que é do fundo de participação e do ICMS.

Se ele fica estrangulado como está, é esse caos que todos estão reclamando. Pode chamar qualquer Prefeito de cidade pequena, que está nesse caso.

Não sabemos nem como vamos pagar o 13º salário. Eu, graças a Deus, na minha vida particular, eu tenho crédito. O que estou tentando fazer? O que estou tentando fazer, até ilegalmente? Pegar um dinheiro no meu nome para honrar o 13º dos funcionários, para pelo menos dar uma satisfação. Porque o funcionário não quer saber se eu estou recebendo poucos recursos, ele está querendo receber o 13º salário, porque ele também tem compromissos. Na verdade, ele quer dar uma festinha de fim de ano para os filhos, é uma necessidade dele. Ele já ganha tão pouco o ano inteiro, no fim do ano que é para sobrar aquele dinheirinho, para ele fazer uma compra extra, o Prefeito não pagando, ele não quer saber se não está recebendo repasses, se está difícil. Ele vai lá no Prefeito; o Prefeito é isso, é aquilo, não sabe administrar.

A dificuldade é geral, e acho que como os meus amigos Prefeitos de São Luiz de Paraitinga, de São Bento de Sapucaí, colocaram muito bem, acho que, me desculpem o termo, a conversa, o “blá-blá-blá”, tudo isso é importante, como é que vamos asfaltar a

pista do aeroporto, mais uma universidade para o Vale do Paraíba, tudo isso é importante, mas acho que não podemos esquecer as coisas mais essenciais, as coisas pequenas para os pequenos Municípios.

Senão, vai criar o quê? Uma região com muita diferença, extremamente rica, oito, dez Municípios aqui do Vale do Paraíba, e nós Serra do Mar, e lá encostado no Rio de Janeiro, na divisa, uma pobreza que não temos nem como pagar o décimo terceiro.

É o que queria deixar, em forma de desabafo, e pedir para a Ângela, que está junto ao Governo Federal, uma pessoa influente junto ao nosso presidente, a preocupação nossa dos pequenos Municípios, com as dificuldades financeiras que estão cada vez espremendo mais, não sabemos aonde vai parar. Não temos o mínimo necessário para fazermos uma administração digna para os nossos municípios.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Tem a palavra a nobre Deputada Ângela Guadagnin.

A SRA. ÂNGELA GUADAGNIN – Eu queria só falar umas coisinhas, sobre o que foi colocado pelo Danilo e pelo Mário. A reforma tributária está prevendo 25% da CID, vai ser distribuída para os Municípios. É um aporte de recursos financeiros que hoje os Municípios não recebem.

E o imposto territorial rural vai todo para o município também, é um aporte de recursos que o município vai receber que também não está recebendo hoje.

Pelo menos na Câmara, foi aprovado o ITR ficando no município.

Fica todo no município. Na Câmara, foi votado assim, se houver modificação no Senado, depois vai voltar para a Câmara, e seguramos de novo.

Outra coisa que o Danilo e o Mário falaram, a questão das emendas, tem duas situações. Uma é a questão de inadimplência do município, que às vezes até fazemos a emenda, e os Municípios não conseguem; o Lúcio recebeu e o Danilo não recebeu.

Em relação à liberação das emendas pelo Governo, não depende, até fazemos as emendas, o Governo Federal liberava.

Queria colocar a respeito da preocupação com os afluentes do rio Paraíba, que realmente a preocupação não é só do Paraíba, mas as nossas nascentes, os nossos afluentes, e até estava falando com o Presidente da preocupação da aprovação da lei estadual pela cobrança e pelo uso da água. Hoje quem capta a água, ou polui o Paraíba, ele está pagando. Mas, os nossos afluentes, no caso, os rios que formam o Paraíba acabam não recebendo, não tendo a cobrança e a captação e a poluição dos rios acabam também prejudicando o Paraíba e as outras cidades.

O Presidente me perguntou a respeito do hospital regional. Em termos de saúde, sabemos muito bem que a lei do SUS foi organizada de tal modo que o financiamento fosse repartido entre as três esferas de poder – Federal, Estadual e Municipal – mas as responsabilizadas são pactuadas, porque os pequenos Municípios são responsáveis pelas ações básicas, e a média e alta complexidade são responsabilidade do Estado, e com o financiamento repartido também com o Federal.

O Hospital Regional vai ter que ter esse papel de atender a média e alta complexidade, que é responsabilidade dos estados, que os Municípios pequenos não conseguem e têm que se reportar a esse Hospital Regional.

Há toda uma discussão se o Hospital Regional fica em Taubaté, se você divide a infra-estrutura que já existe no Vale, porque Guaratinguetá tem leitos de câncer, leitos de queimados, e você pode estar sendo referência, não precisa ser um hospital somente, porque inclusive, o paciente sai de Queluz e vem a Taubaté, quilômetros que ele vai estar andando, numa situação de emergência, de referência de alta e média complexidade.

Mas, o Sr. Governador tinha assumido com a região essa preocupação da responsabilidade de o Hospital Regional como referência da média e alta complexidade.

O Geraldo tinha colocado a questão do transporte. Também foi aprovada a lei do transporte ser assumido pelo Governo do Estado, assumir como a responsabilidade do ensino médio e do ensino fundamental, para estar bancando os custos do transporte.

Era uma contribuição em cima do que vocês colocaram, para estarmos podendo atualizar um pouquinho as informações.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA– Gostaria de dizer que o nobre Deputado Carlinhos Almeida me entrega um documento com todas as reivindicações aqui colocadas, e vamos juntar aos depoimentos do Fórum, desse trabalho que estamos fazendo junto à Assembléia Legislativa, naquilo que diz respeito ao registro e ao encaminhamento das questões debatidas no Fórum.

Tem a palavra o Sr. Presidente, Deputado Sidney Beraldo.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERVALDO – PSDB – Em primeiro, quero agradecer mais uma vez agradecer a presença de todos.

Não tivemos realmente uma reunião com um número grande de pessoas, mas uma reunião com uma representação bastante qualificada, que eu gostaria de registrar. Tivemos a participação de diversos segmentos, que fizeram importantes colocações, sem dúvida. Queria agradecer a presença dos nobres Deputados Carlinhos Almeida, que foi Líder do PT enquanto eu fui Líder do PSDB, apesar de nossas diferenças ideológicas..., mas tivemos sempre uma relação muito positiva, muito mais por ele, pelo seu modo de ser. Hoje preside a Comissão de Educação, que é uma das comissões mais importantes na Casa, onde teremos discussões muito importantes a fazer, em função do Fórum, foram levantadas as questões que passarão necessariamente pela discussão da Comissão de Educação e de Ciência e Tecnologia.

O nobre Deputado Afonso, que chega lá agora nesse mandato, mas também tem uma representação, trabalha muito. Esta região está muito bem representada na Assembléia Legislativa.

Quero agradecer a sua presença, agradecer a presença da nobre deputada federal Ângela, porque é sempre muito importante que estreitemos a relação dos Prefeitos com os Vereadores, da Assembléia Legislativa com a Câmara Federal.

Temos tido a presença dos Deputados Federais no nosso Fórum; temos a questão do PPA, que é importante estarmos ligados nesse PPA federal e no PPA Estadual, porque onde se discute, se faz um plano, de médio prazo, um planejamento de quatro anos de investimento, e é importante que haja essa interação entre os planos Federal e o Estadual, principalmente na questão da infra-estrutura, e isto ocorreu. Tive a oportunidade de participar de uma audiência pública, quando o Ministro Guido Mantega fez a apresentação

do PPA, e aquilo que se referia a São Paulo, houve uma audiência pública, o Sr. Governador Geraldo Alckmin esteve lá, eu tive a oportunidade de estar também.

Alguns pontos que não haviam sido ajustados, sabemos que estão sendo; o caso do Ferroanel Sul, que não estava, já está sendo contemplado. E a bancada paulista, de forma plural, todos os partidos assinaram esta emenda. Acho que é dessa forma que devemos atuar. Quando existe interesse público, temos que discutir, colocá-lo acima das questões partidárias, até por que temos tão poucos recursos, e tanta necessidade, que se não fizermos dessa forma, não estaremos priorizando as coisas realmente de acordo com o interesse da população.

Algumas ações já estão sendo encaminhadas em função das reuniões que já foram feitas. Esta é a 15ª reunião, que estamos fazendo, temos mais duas, uma na região de Franca e outra na capital, que devemos fazer segunda-feira.

Já foi possível elencarmos uma série de ações que já estão sendo encaminhadas. Na área da educação, a necessidade da expansão da oferta de vagas do ensino público, isto está muito forte, muito presente. Estamos inclusive juntos com as universidades, discutindo alternativas, porque sabemos que no modelo atual é difícil sustentar um modelo que é muito caro, o da USP, da Unesp, e da Unicamp. Temos universidades de excelência, de alta capacidade de produção de conhecimento, de pesquisa.

As alternativas que temos, uma delas é a do ensino à distância. Precisamos utilizar isso. Hoje, o mundo inteiro está utilizando esse novo mecanismo, até por que já avançamos muito na comunicação, e é preciso ampliar isso.

Aqui, em São José dos Campos, poderemos ter salas de aulas, com os professores lá na universidade, lá na Cidade Universitária. É perfeitamente possível isso sem perder qualidade, e com isso um custo muito menor.

Temos que discutir a ampliação dos cursos de curta duração, os chamados cursos sequenciais, o modelo americano, você amplia muito a oferta de vagas e depois do curso sequencial, pode fazer a parte propedêutica num segundo momento. Por que eu pergunto: quais as famílias que podem hoje, mesmo no ensino público, manter o filho por cinco ou seis anos estudando?

É difícil. A possibilidade desses cursos de curta duração, depois o jovem vai trabalhar e complementa o seu curso. Isso é utilizado na Europa, nos Estados Unidos.

Precisamos levar isso para uma discussão mais profunda dentro das universidades públicas do Estado. Porque, dizer que tem que aumentar os recursos é difícil. O estado de São Paulo destina 9.57% do ICMS para as três universidades, e temos cento e pouco mil alunos. Não tem como. Precisaríamos, para atender à demanda, destinar 40% do Orçamento do Estado. Sabemos que isso é impossível. Então, temos que discutir novos modelos é exatamente isso o que queremos fazer na Assembléia Legislativa.

A questão das FATECs, dos cursos profissionalizantes de acordo com a necessidade de cada região, no passado, foi ampliada com a criação de muitos cursos técnicos, que não têm qualquer relação com o mercado atual. Isso precisa ser revisto, porque o aluno vai freqüentar por dois ou três anos o ensino médio profissional, pega o diploma e não tem mercado. Então, é preciso se analisar o mercado e fazer esse encontro entre a necessidade do mercado. É exatamente isso que está sendo feito pelo atual Governo e o Plano de Educação que, inclusive, se encontra na comissão prevê isso.

Uma das preocupações da comissão é que, através do levantamento do IPRS, Deputada Ângela, chegamos a um número que não é bom. Temos um milhão e 600 mil jovens de 15 a 24 anos fora da escola e que não terminaram o ensino fundamental. Isso é uma “bola de exclusão” que vai caminhando. Pergunto: se não retomarmos, não colocarmos esse jovem na escola qual será a perspectiva que um jovem terá que não tenha terminado o quarto ano da escola? Temos uma necessidade de mercado. Temos no Estado de São Paulo um milhão e 600 mil jovens fora da escola.

Estamos discutindo um programa específico e queremos, inclusive, estudar juntamente com ONGs para verificarmos quais os programas que poderiam ser desenvolvidos, porque hoje isso não está sendo tratado pela Secretaria da Educação que tem uma grande preocupação. Na faixa etária correta, ou seja, dos 7 aos 14 anos temos 98% das crianças no ensino fundamental. Isso está resolvido, mas e essa “bolha” que ficou para trás? Tem que ser tratado com muita atenção, porque não será a Febem e os presídios que vão dar conta disso. Essa é a realidade. Precisamos colocar essa “moçada” na escola.

Há a questão da ciência e da tecnologia, ou seja, precisamos disseminar mais o conhecimento, promover o encontro das informações que existem nas universidades junto ao setor produtivo para se promover a inovação, para que possamos ter mais competitividade.

Temos 19 institutos de pesquisa, temos a FAPESP. Então, temos um arcabouço de produção de conhecimento, de informação, de tecnologia, mas o que verificamos é que nem sempre isso é colocado à disposição da produção até mesmo por falta de demanda. Às vezes, os pequenos empresários não sabem, não têm como demandar isso. Essa é uma preocupação e a interação que estamos fazendo com o SEBRAE, com o Sistema “S”, como um todo, vai inclusive nessa linha.

Outro ponto que colocamos como fundamental é o apoio à aprovação do que está sendo chamado de “Super Simples”, que é a ampliação do sistema tributário para as micro e pequenas empresas. Sessenta e oito por cento do emprego vem das micro e pequenas empresas. A gente tem a ilusão de que é a grande empresa que emprega. Não é, é a pequena empresa e temos criar um ambiente cada vez mais favorável a isso. Acho que já avançamos através do Simples Federal, do Simples Estadual, mas agora surge a oportunidade, durante a discussão da Reforma Tributária, de termos realmente a condição de melhorar ainda mais isso. O Senado tem uma emenda nesse sentido que cria o “Super Simples”, como imposto único para a micro empresa que será repartido entre os três Governos e também vai desburocratizar, vai criar melhor acesso ao crédito, à tecnologia. Não podemos perder essa oportunidade de aprovar esse projeto.

Da mesma forma, a Assembléia Legislativa já aprovou uma agência de fomento estadual, que precisa ser regulamentada e o fundo de aval. São dois mecanismos importantes para se aumentar a oferta de crédito e do microcrédito.

Então, estas são algumas das ações que já estão sendo tratadas, além da questão da infra-estrutura. Foram colocadas aqui as questões de aeroportos, ferrovias, rodovias, os intermodais e o Presidente do Sindicato naturalmente será convidado para dois seminários que estão sendo programados, através da Comissão de Serviços e Obras, presidida pelo Deputado Sebastião Arcaño, e pela Comissão de Transportes, presidida pelo Deputado Rodrigo Garcia. Agora no dia quatro de dezembro teremos a primeira: será um encontro entre a Assembléia Legislativa, o Governo Federal e o Governo Estadual para discutir diversas ações no sentido de melhorar os intermodais: ferrovia, rodovia, hidrovia. Ainda temos uma baixa utilização das ferrovias e das hidrovias que, realmente, precisam ser melhoradas.

Gostaria de encerrar e esta foi apenas uma forma de prestar contas das ações que já estão sendo encaminhadas.

Quero agradecer muito a participação de todos, dos Prefeitos. A Deputada Ângela colocou aqui o avanço que houve, e não sei se vai ser possível nessa reforma, mas temos que continuar discutindo esta Reforma Tributária, que precisa aprofundar a discussão da questão do novo pacto federativo.

Não vamos ter uma economia forte, uma democracia saudável se continuarmos com esse modelo que não foi construído agora, mas ao longo dos anos. Aumentamos em muito a carga tributária nos últimos anos, mas aumentou-se também para o Federal. Não é possível uma Federação ter 62% dos recursos federais: 23% com o Governo Estadual e apenas 15% com os Municípios. Não é possível! Precisamos ter a coragem para resolver isso. Sabemos que não é agora, porque agora existe todo esse problema do ajuste, essa necessidade de ajuste, mas, quem sabe, aprovar uma mudança para os próximos 10 anos; aumentando-se meio por cento para o município para que daqui a 10 anos tenhamos uma maior participação dos Municípios.

Já fui Prefeito e sei que o recurso é muito melhor utilizado quando colocado nas mãos dos Prefeitos. A obra fica mais barata, os programas sociais têm um retorno mais rápido e mais eficiente, porque o Prefeito está mais perto da população.

Acho que devemos defender isso e, mesmo que não seja para agora, é a bandeira que temos que colocar para a próxima mudança nessa questão do novo pacto federativo que se pretende construir.

Muito obrigado a todos e vamos ao trabalho! (Palmas.)

* * *